

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LIDIELE ROQUE BUENO

**SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES E AS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Uruguaiana
2021**

LIDIELE ROQUE BUENO

**SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES E AS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do Título de **Mestra em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.**

Orientadora: Susane Graup

**Uruguaiana
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

B928s Bueno, Lidiele Roque

SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES E AS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL / Lidiele Roque Bueno.

90 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE,
2021.

"Orientação: Susane Graup".

1. Saúde Mental. 2. Educação Infantil. 3. Professores. 4.
Ensino. I. Título.

LIDIELE ROQUE BUENO

SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES E AS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da vida e Saúde da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação em Ciências.

Dissertação defendida e aprovada em: 17 de novembro de 2021.

Banca examinadora:

Prof. ^a Dr.^a Susane Graup
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. ^a Dr.^a Anelise Schaurich dos Santos

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Balk

(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **SUSANE GRAUP DO REGO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/11/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **RODRIGO DE SOUZA BALK, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/11/2021, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Anelise Schaurich dos Santos, Usuário Externo**, em 01/12/2021, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0671029** e o código CRC **48796500**.

Dedico este estudo aos meus avós, Antonio e Lúcia por estarem sempre me apoiando e estimulando para que eu continue meus estudos, ao meu companheiro Roberto pela paciência e companheirismo ao longo desta caminhada e a todos profissionais que participaram deste momento.

AGRADECIMENTO

Aos meus avós Antonio e Lúcia, ao meu marido Roberto e a Mariana pelo apoio, paciência, incentivo e compreensão ao longo dessa caminhada, vocês me orientaram, me deram muito colinho e amor, em nenhum momento vocês me deixaram desistir, GRATIDÃO por TUDO até aqui;

À minha amiga, confidente, irmã de outra barriga que está sempre comigo, ao meu pai, que mesmo residindo em outra cidade procura ficar por perto. Agradeço imensamente o carinho de vocês.

A minha orientadora, professora Susane Graup, pela oportunidade, incentivo, confiança e parceria ao longo deste percurso durante a pós-graduação;

Agora a minha amiga Susi, não sei como expressar o quanto sou grata por tudo que fizeste por mim neste período, pelas caminhadas (*fitness*) e principalmente pelo carinho, teu cuidado comigo é imensurável, estarás sempre em meu coração!

Aos professores do PPG Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, em especial ao professor Phillip Ilha, pela atenção e pelo auxílio em muitos momentos (aqueles dois minutinhos);

Aos colegas do PPG, em especial a Nathalie que esteve junto comigo em inúmeros momentos e nunca deixou de estender a mão quando mais precisei, a Tatiane, ao Diego, Helter e ao Vinícius, por toda a parceria e amizade, e por dividir experiências, angústias e muitos conhecimentos no decorrer desta etapa;

As(os) professoras(es) que participaram da pesquisa, bem como, a Secretária Municipal de Educação de Uruguaiana, na figura da professora Mery, pelo acolhimento, receptividade e pela permissão de realização do estudo;

Aos colegas da Escola de Educação Infantil José Maria Argemi Filho, na figura da diretora Jacqueline, por todo apoio e incentivo. Também agradeço a equipe diretiva, coordenadoras e orientadoras pedagógicas da EMEI Vasco Prado que me acolheram e proporcionaram momentos de calma para que eu pudesse concluir esta etapa;

A Vitória e Emily, que foram bolsistas desse projeto, pelo auxílio no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, GRATIDÃO meninas;

E a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

GRATIDÃO!

RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo geral analisar os indicadores de adoecimento mental de professores e as percepções que os mesmos possuem em relação às implicações desta no ensino da educação infantil de Uruguaiana/RS. A coleta de dados foi realizada mediante um questionário específico, aplicado por meio de uma plataforma *online*, entre os meses de abril e maio de 2020, originando dois manuscritos. O Manuscrito 1, teve por objetivo investigar a prevalência de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) e os fatores associados. Participaram 123 professoras(es) e responderam a um questionário eletrônico, separado em duas sessões. A primeira continha questões sobre aspectos sociodemográficos, carga horária de trabalho semanal, tempo de sono, escolaridade, número de escolas que atua, entre outros. Na sequência, a segunda parte foi composta pelo *Self-Report Questionnaire-20* e teve por objetivo avaliar a presença de DPM. O ponto de corte utilizado para o estabelecimento de suspeição de DPM foi de ≥ 6 respostas positivas para homens e de ≥ 8 para mulheres. Para a análise dos dados foram utilizados procedimentos de estatística descritiva por meio de medidas de média, desvio padrão, frequências absolutas e relativas. Para a análise bivariada foi utilizado o Teste Qui-quadrado. Em todas as análises foi considerado o nível de significância de 5% ($p < 0,05$) e intervalo de confiança de 95%. Conclui-se que a prevalência de casos indicativos de DPM é de 34,1%, sendo considerada elevada entre os professores e que há indícios da associação dessa prevalência com algumas variáveis sociodemográficas e de saúde. Renda familiar baixa, percepção ruim quanto a remuneração recebida, não atingir 8 horas de sono, não fazer acompanhamento psicológico e fazer uso de psicofármacos apresentaram relação positiva para a ocorrência de sofrimento mental. Já no Manuscrito 2, o objetivo foi analisar a percepção destes profissionais sobre saúde mental e a influência desta no ensino da educação infantil. Participaram 123 professoras(es) e responderam a um questionário eletrônico, neste continha além de questões sociodemográficas, perguntas sobre o entendimento destes a respeito do conceito de saúde mental, o que influencia o seu estado mental e este impacta nos processos de ensino-aprendizagem dos alunos. Após realizar a análise dos resultados, através da metodologia de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), foi possível perceber que conceito de saúde mental para a maioria, está

relacionado a ter qualidade de vida e bem-estar, ao equilíbrio e aos aspectos emocionais dos indivíduos. Enquanto 86,2% acreditam que o estado da sua saúde mental pode refletir no ensino dos alunos e que as condições de trabalho e as relações interpessoais são fatores a serem considerados e para tanto, compreendem que ter sintomatologia para transtornos mentais e desequilíbrio emocional podem repercutir nos processos de ensino-aprendizagem. Sendo assim, através dos dois manuscritos gerados pelo presente estudo, foi possível compreender o perfil dos profissionais, se há presença de sintomatologia para DPM entre os professores que atuam na rede municipal de ensino e as suas percepções relacionados a temática de saúde mental e seus impactos. Ressalta-se que os presentes achados são relevantes, geram preocupação e devem ser considerados para promover ações voltadas à prevenção e promoção de saúde, visando o cuidado e o amparo em saúde mental aos docentes, assim como, melhorias das condições de trabalho, ações educativas para fortalecer as relações interpessoais e espaços para escuta e acolhimento por profissionais qualificados.

Palavras-Chave: Saúde Mental; Educação Infantil; Distúrbios Psíquicos Menores; Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The present dissertation had as general objective to analyze the indicators of mental illness of teachers and the perceptions that they have in relation to the implications of this in the teaching of early childhood education in Urugaiana/RS. Data collection was carried out through a specific questionnaire, applied through an online platform, between the months of April and May 2020, originating two manuscripts. Manuscript 1 aimed to investigate the prevalence of Minor Psychic Disorders (MPD) and associated factors. 123 teachers participated and answered an electronic questionnaire, separated into two sessions. The first contained questions about sociodemographic aspects, weekly workload, sleeping time, education, number of schools in which it operates, among others. Then, the second part was composed by the Self-Report Questionnaire-20 and aimed to assess the presence of MPD. The cutoff point used to establish suspicion of MPD was ≥ 6 positive responses for men and ≥ 8 for women. For data analysis, descriptive statistical procedures were used through measures of mean, standard deviation, absolute and relative frequencies. For the bivariate analysis, the Chi-square test was used. In all analyses, a significance level of 5% ($p < 0.05$) and a 95% confidence interval were considered. It is concluded that the prevalence of cases indicative of MPD is 34.1%, which is considered high among teachers and that there is evidence of an association between this prevalence and some sociodemographic and health variables. Low family income, poor perception of the remuneration received, not getting 8 hours of sleep, not undergoing psychological counseling and taking psychotropic drugs were positively related to the occurrence of mental suffering. In Manuscript 2, the objective was to analyze the perception of these professionals about mental health and its influence on the teaching of early childhood education. 123 teachers participated and answered an electronic questionnaire, which contained, in addition to sociodemographic questions, questions about their understanding of the concept of mental health, which influences their mental state and this impacts on the teaching-learning processes of the students. After performing the analysis of the results, through the content analysis methodology, proposed by Bardin (2011), it was possible to see that the concept of mental health for the majority is related to having quality of life and well-being, balance and emotional aspects of individuals. While 86.2% believe that the state of their mental health can reflect on the teaching of students and that working conditions and interpersonal relationships are

factors to be considered and for that, they understand that having symptoms for mental disorders and emotional imbalance can have repercussions. In the teaching-learning processes. Thus, through the two manuscripts generated by this study, it was possible to understand the profile of professionals, whether there is the presence of symptoms for MPD among teachers working in the municipal education network and their perceptions related to the theme of mental health and its impacts. It is noteworthy that the present findings are relevant, raise concern and should be considered to promote actions aimed at prevention and health promotion, aiming at the care and support in mental health for teachers, as well as improvements in working conditions, educational activities to strengthen interpersonal relationships and spaces for listening and welcoming by qualified professionals.

Keywords: Mental health; Child education; Minor Psychic Disorders; Teaching-learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição de frequência dos diagnósticos apresentados pelos professores.....	42
Figura 2 – Distribuição de frequência dos professores que apresentaram ao menos uma resposta positiva nos quatro grupos de sintomas (SRQ-20).....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de frequência das características sociodemográficas e de trabalho dos professores avaliados	40
Tabela 2 – Frequência de respostas do SRQ-20 distribuídas em quatro grupos de sintomas	44
Tabela 3 – Dados sociodemográficos e associação com casos suspeitos de distúrbios psíquicos menores entre os docentes	46
Tabela 1 – Entendimento dos professores sobre saúde mental	63
Tabela 2 – Autopercepção dos professores sobre o que influencia o estado emocional/mental	67
Tabela 3 – Percepções dos professores sobre como o estado de saúde mental por afetar o ensino dos alunos	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias finais e definições para as questões coletadas	60
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OIT – Organização Internacional do Trabalho

DPM – Distúrbios Psíquicos Menores

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SRQ-20 - Self-Report Questionnaire-20

OMS – Organização Mundial da Saúde

TMC – Transtornos Mentais Comuns

SNC – Sistema Nervoso Central

DSM-V – Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – 5ª edição

CID-11 – Classificação Internacional de Doenças – 11ª revisão

PSS – Processo Seletivo Simplificado

n – Número de professores

% - Percentual

IC – Intervalo de Confiança

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	18
2	INTRODUÇÃO	19
	2.1 Objetivos da Pesquisa.....	21
	2.1.1 Objetivo geral.....	21
	2.1.2 Objetivos específicos.....	22
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
	3.1 Saúde do profissional docente e os impactos no ensino da educação infantil	23
	3.2 Docência e as condições de trabalho	26
4	METODOLOGIA	30
	4.1 Caracterização da Pesquisa.....	30
	4.2 População e Amostra	30
	4.3 Implementação do estudo.....	31
	4.4 Instrumentos e Procedimentos da Coleta de Dados	31
	4.5 Aspectos éticos	32
	4.6 Análise dos dados	33
5	RESULTADOS.....	34
	5.1 Manuscrito 1: Trabalho e Saúde: o sofrimento mental de professores da Educação Infantil	35
	5.2 Manuscrito 2: Saúde mental na percepção dos docentes que atuam na Educação Infantil.....	56
6	DISCUSSÃO	78
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	7.1 Conclusão.....	80
8	PERSPECTIVAS FUTURAS.....	81
	REFERÊNCIAS.....	82
	APÊNDICES	88

1 APRESENTAÇÃO

Apresento brevemente neste tópico os propósitos que me conduziram a escolher a saúde mental de professores da Educação Infantil para ser a temática principal da minha dissertação de mestrado. A escolha do tema se deu a partir das vivências acadêmicas e práticas que tive durante a minha formação. Ainda na graduação, tive o contato com a prática de ensino nas escolas de Educação Infantil e, naquele momento, pude observar como a mesma se estruturava e como os professores se “comportavam” frente à organização escolar. Posteriormente, fiz parte de uma Residência em Saúde Mental Coletiva, na qual pude ter um olhar diferenciado para o adoecimento psíquico das pessoas, bem como entender melhor como a saúde mental influencia no cotidiano das pessoas. Atualmente, trabalho em uma escola de Educação Infantil, na qual observo na prática o adoecimento de alguns docentes com quadros de sofrimento mental, o qual é maximizado pelo ambiente escolar estressor e que mesmo com a saúde psíquica comprometida, continuam trabalhando.

Com base nisso, esta dissertação apresenta a seguinte estrutura: **Introdução**; **Objetivos**; **Referencial Teórico**, onde foram abordados temas referentes à saúde mental e as implicações no trabalho, as condições de trabalho e desgaste profissional, bem como, sobre a influência da saúde mental dos professores no ensino; **Metodologia**; **Resultados** que foram organizados de modo a contemplar os quatro objetivos específicos do estudo e estão descritos em dois manuscritos; **Discussão**; **Considerações Finais e Perspectivas** encontradas no final desta dissertação, apresentam interpretações e comentários gerais sobre os resultados apresentados; **Referências** que contemplam as citações de todas as etapas do estudo; **Apêndices** complementando os métodos, os Termos de Consentimento livre e esclarecido (Apêndice A), questionários Socioeconômico (Apêndice B), bem como, o **Anexo** Self Report Questionnaire (SRQ-20) (**ANEXO I**) utilizado como instrumento para coleta dos dados.

2 INTRODUÇÃO

A saúde mental dos docentes da educação básica tem sido tema de diversas pesquisas no Brasil nos últimos anos (MARTINS; ARAÚJO; VIEIRA, 2018; SALES; FREITAS, 2018; MONTEIRO et al., 2019; DEFFAVERI; MÉA; FERREIRA, 2020; RAMOS et al., 2020). Esses estudos têm buscado entender quais são os fatores que influenciam as condições de saúde mental em diferentes contextos e, de maneira geral, Vieira, Gonçalves e Martins (2016) referem que existem dois tipos de fatores, os primários e secundários, os quais afetam diretamente a saúde desses profissionais.

Nesse sentido, os fatores primários exercem influência direta no trabalho docente (ex: recursos materiais e condições de trabalho; violência nas instituições escolares; esgotamento do docente diante da acumulação de exigências, etc), enquanto que os secundários estão relacionados à ação docente, ligados às modificações no papel do docente e dos agentes tradicionais de socialização (ex: transferência de atividades tanto da família como da sociedade para a escola, sem que esta esteja preparada para isso; descaso e desrespeito pelo trabalho do docente; etc) (VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016). Estes fatores podem refletir negativamente na ação docente, acarretando sintomas físicos e emocionais, frustração, diminuição da autoestima, esgotamento, estresse, depressão, baixa motivação, entre outros (DA SILVA, 2017).

Dessa forma, a categoria profissional docente é considerada como uma das ocupações com alto risco de desgaste e adoecimento, sendo que os estudos têm demonstrado alta prevalência de transtornos mentais, associados à diversos fatores (CARLOTTO et al., 2019; CARLOTTO; CÂMARA, 2015; DE ARAÚJO; CARVALHO, 2009; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006; KHAN et al., 2017; SOLDATELLI, 2011) e sua relação com o afastamento do trabalho (BATISTA et al., 2010; CARLOTTO et al., 2019; MAIA, 2014).

Nesta dissertação de mestrado, os sinais de adoecimento serão estudados a partir dos distúrbios psiquiátricos menores (DPM), também chamados de transtornos mentais comuns (TMC). Nessa perspectiva, dados estatísticos apontam para um cenário preocupante, como aponta o estudo de Silva e Silva (2013), no qual participaram docentes da rede pública estadual e municipal de Pelotas-RS e identificaram a prevalência de 17,9% de DPM entre os docentes de educação infantil e queixas relacionadas ao mobiliário das instituições escolares, nas quais geram

dores na coluna, ombros e pescoço. No estudo realizado por Monteiro et. al., (2019), participaram 740 docentes de diferentes níveis (educação infantil; ensino fundamental; médio e superior) da rede privada de ensino do Rio Grande do Sul e a prevalência de DPM identificada nos professores do setor privado do RS foi de 55%.

Essa é uma realidade que reflete em outras regiões do país, em diferentes proporções, assumindo dimensões alarmantes, que persistem no tempo e com sinais claros de agravamento, comprometendo a ação educativa, pois acaba interferindo diretamente na relação professor-aluno, além de comprometer a qualidade de vida dessas pessoas em outras esferas sociais (FERREIRA-COSTA; PEDRO-SILVA, 2016). Considerando as inferências acerca das repercussões do adoecimento mental na prática pedagógica, o estudo de Andrade (2016) evidencia a associação de componentes como planejamento, relação professor/a-aluno/a e avaliação, denotando que a mesma não se isola, nem fica imune aos agravos à saúde docente.

As preocupações com a saúde do docente indicam que os problemas de saúde que afetam a categoria estão intimamente relacionados ao tipo de trabalho exercido (ao fato de estar relacionado à formação de outros sujeitos), ao excesso de trabalho, à precariedade das condições de trabalho, à perda da autonomia, à sobrecarga de trabalho burocrático, ao quadro social e econômico da categoria e às condições de vida dos alunos (CODO, 1999; ESTEVE, 1999; LEMOS, 2005; VIEIRA et al., 2011).

Neste cenário, é necessário destacar que cada nível de ensino e até mesmo as redes de ensino podem apresentar condições e características distintas de trabalho, o que pode ocasionar diferentes demandas e adoecimentos mentais. Assim, levando em consideração a educação infantil as demandas de trabalho dos docentes desse nível, o volume de trabalho e a precariedade das condições existentes em muitas escolas de municipais, a diversidade e a complexidade das questões presentes em sala de aula e, ainda, uma expectativa social de excelência podem estar na origem de queixas e de adoecimento da categoria (VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016).

É perceptível que a maior parte dos profissionais que atuam na educação são do gênero feminino, nesse sentido, Vieira et al. (2016) sugerem que as professoras da educação infantil talvez sejam aquelas docentes cuja jornada de trabalho seja a mais extensa e a que mais esteja sendo intensificada, pela necessidade de atenção e cuidado que as crianças pequenas exigem. Um fator que contribui para que a maioria dos docentes da educação infantil seja mulher é a questão de gênero que está imbrincada no magistério, apontando ainda, que a educação infantil surgiu de um

modelo assistencialista de educação compensatória e sempre esteve associada ao cuidar (PENAFIEL, SILVA, ZIBETTI, 2019).

Além disso, parece existir uma exigência de que estas profissionais que adotem uma concepção de criança como sujeito histórico, social e biológico. Penafiel, Silva e Zibetti (2019) afirmam que estas profissionais devem ser polivalentes, capazes de dar conta de todas as ações pertinentes ao atendimento das crianças e à articulação dos conteúdos para o desenvolvimento de projetos, bem como, deve saber identificar as necessidades básicas dessa faixa etária.

Com base nas informações expostas aqui a respeito da temática, inúmeros fatores podem refletir na saúde mental de docentes, influenciando no seu trabalho e no processo ensino-aprendizagem, bem como, elevando o número de absenteísmo por parte destes profissionais. A investigação sobre o possível impacto que estes fatores podem ocasionar no ensino da educação infantil se reveste de importância por gerar subsídios locais sobre a saúde mental de docentes, e também, por razões científicas, considerando que há pouca literatura no Brasil. Baseamos nossa afirmação em levantamentos realizados em maio de 2020 nas bases de dados *Scielo*, Periódicos da CAPES e Portal Regional da BVS, sobre pesquisas desenvolvidas no período de 2015 a 2020, por meio dos unitermos “saúde mental”, “distúrbios psíquicos menores”, “professor(es)”, “docente(s)” e “educação infantil”. Ainda, este trabalho se reveste de importância, pois com base nos resultados será possível elaborar intervenções, visando prevenir o agravamento do problema e minimizar os impactos na área do ensino.

Com isso, este estudo tem os seguintes problemas de pesquisa: Qual o estado de saúde mental dos professores da educação infantil da rede municipal de Uruguaiana/RS? Quais as implicações da saúde mental de professores da educação infantil no ensino?

2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1.1 Objetivo Geral

Analisar os indicadores de adoecimento mental de professores e as percepções que os mesmos possuem em relação às implicações desta no ensino da Educação Infantil de Uruguaiana/RS

2.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar os indicadores do adoecimento mental dos professores da Educação Infantil da rede municipal de Uruguaiana;
- Verificar as características sociodemográficas e do trabalho e a associação destas com os indicadores de adoecimento mental dos professores;
- Conhecer a percepção dos docentes que atuam na Educação Infantil da rede municipal de Uruguaiana/RS sobre saúde mental e as relações com o processo de ensino-aprendizagem.

3 REFERENCIAL TEORICO

Para melhor compreensão acerca do tema do estudo, este referencial teórico foi dividido em dois tópicos. Inicialmente abordou-se a temática “Saúde do profissional docente e os impactos no ensino da Educação Infantil” e na sequência a “Docência e as condições de trabalho”, discutindo seus conceitos em âmbito social e ocupacional, bem como suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem.

3.1 Saúde do profissional docente e os impactos no ensino da Educação Infantil

Os docentes ocupam um lugar especial no processo social e produtivo, atendendo diretamente a demanda (através das atividades de assistência interpessoal e de dedicação no aprendizado dos outros), muitos dos docentes que persistem na profissão, têm apresentado sinais de adoecimento físico ou psicológico, com diagnósticos conhecidos e causas desconhecidas (CRUZ et al., 2010). Esses profissionais estão invariavelmente numa condição de maior predisposição aos chamados transtornos psicossociais no trabalho que, associados aos agravos na condição física (no caso das Lesões por Esforços Repetitivos - LER, por exemplo), acentuam os desgastes profissionais. Dentre os principais transtornos psicossociais do trabalho, destacam-se as neuroses, ansiedade intensa, distúrbios do sono, depressão, a fadiga psicológica, o estresse, manifestações obsessivas compulsivas e a síndrome de Burnout (CRUZ et al., 2010).

Em uma pesquisa realizada por Vedovato e Monteiro (2008) com 258 professores de escolas estaduais de São Paulo foi verificado que a maioria destes profissionais apresentavam estilos de vida precários, com a presença de muitos problemas de saúde, como transtornos de origem musculoesquelética, respiratória e mental. Nesta mesma pesquisa, os referidos autores, encontraram que 96,5% dos sujeitos consideram o trabalho na escola estressante e sugerem que este fato possa estar relacionado com o aparecimento de transtornos mentais em 20,9% dos entrevistados, sendo que 74,1% destes faziam uso de medicamentos antidepressivos (VEDOVATO; MONTEIRO, 2008).

Vários são os prejuízos que os profissionais docentes podem sofrer, atingindo áreas emocionais e profissionais. Quanto as frustrações emocionais, Carlotto (2019) refere que estas podem conduzir a problemas como insônia, hipertensão, úlceras, abuso de álcool e medicamentos, entre outros, gerando e/ou aumentando problemas

familiares e sociais. Já em relação aos aspectos profissionais, o docente pode apresentar prejuízos no planejamento da aula, perda de criatividade e entusiasmo, baixa tolerância à frustração, sentimentos hostis e depreciativos com relação ao trabalho e a si próprio e muitas vezes o arrependimento e o desejo de abandonar a profissão.

Ainda no que se refere às problemáticas existentes na categoria, uma pesquisa realizada em 2006, pelo Sinpro/RS, com intuito de fazer um levantamento do perfil dos professores do ensino privado do Rio Grande do Sul, apontou índices relacionados a questões de saúde. O estudo mostra que 45,8% dos professores apresentam o estresse como um dos principais sintomas vivenciados, seguidos de problemas de coluna (29,8%) e de problemas vocais (29,4%). Além disso, refere que 83% desses docentes costumam frequentar o trabalho mesmo que estejam doentes (MONTEIRO; DALAGASPERINA; QUADROS, 2012).

Considerando os inúmeros acometimentos psíquicos, o estresse recebe destaque, este pode ser identificado como estresse “positivo” ou “negativo”. Lipp (2013a) afirma que o estresse em sua forma negativa surge quando as capacidades do indivíduo são ineficientes para seus limites de adaptação, fazendo-o fugir das situações. Já em sua forma positiva, o ser humano sabe lidar com as situações difíceis e sente-se mais estimulado a vencer os desafios.

Além do mais, o estresse quando caracterizado como um distúrbio, que além de grave não ameaça apenas condições da vida pessoal do profissional (VALLE, 2011). Como exemplo, no caso de educadores, trata-se de uma questão que repercute no meio social, pois, os estudantes (crianças, jovens e adultos) dependem do seu trabalho e de seu bem-estar para atuação prática (RICARDO; AMARAL; HOBOLD, 2018).

Nesse sentido, aponta-se que repercussões negativas na saúde mental, emocional e física dos professores podem ser causadas pelo intenso envolvimento emocional com os problemas dos alunos, a desvalorização social do trabalho, a falta de motivação para o trabalho, a exigência de qualificação do desempenho, as relações interpessoais insatisfatórias, as classes numerosas, a inexistência de tempo para descanso e lazer e a extensiva jornada de trabalho (DIEHL; MARIN, 2016; NEVES; SILVA, 2006; SILVA; COIMBRA; YOKOMISO, 2017).

Quanto aos efeitos físicos, Ceballos e Santos (2015), por exemplo, constataram a prevalência de dor musculoesquelética em professores estressados (73,5% dos

sujeitos). Eles chegaram a esse resultado, por meio do levantamento de dados sociodemográficos, da saúde geral e do bem-estar no trabalho em 525 docentes do ensino básico público de Jaboatão dos Guararapes (PE). Os dados evidenciaram, ainda, que essa dor era de ocorrência maior entre aqueles com mais idade e tempo de magistério, além de esses sujeitos terem apresentado baixa percepção de bem-estar no trabalho (CEBALLOS; SANTOS, 2015). Assim como em outras atividades profissionais, o comprometimento da saúde dos professores pode estar associado as suas condições de trabalho.

Observando este cenário de altas prevalências de adoecimento psíquico, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) já considerava a docência como uma atividade de risco desde 1981, uma vez que os professores compõem a segunda categoria profissional mais acometida por doenças ocupacionais em nível mundial (BORBA et al., 2015). Já nos estudos realizados por Tostes et al. (2018) refere que foram encontrados 75,27% docentes com Distúrbio Psíquico Menor – DPM, sendo muito superior ao estimado pela OMS, que é de cerca de 30% (VASCONCELOS, 2010) e também maior do que o encontrado em outras pesquisas realizadas com professores e outras populações.

Representando a situação preocupante vivida pelo professor que demonstra estar desmotivado ou com problemas de saúde, prejudicando o bom desempenho do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que as exigências de eficácia na sua atividade e na vida pessoal cobram dele mais tempo e habilidade (BARROS; GRADELA, 2017; ESTEVE, 1999). Enfim, o conjunto de situações apresentadas exerce grande influência no trabalho docente e na qualidade de vida, originando questões complexas que podem contribuir para o afastamento do professor da sala de aula.

Quando a escola é motivo de constante frustração para o docente as consequências tendem a ser negativas. Ocorrendo a frustração, a impossibilidade de atingir metas ou objetivos pessoais, gera-se o estresse e outros comportamentos negativos como a agressão, a fuga, a esquiva (faltas, absenteísmo, doença), persistência em respostas inoperantes, desvio de atenção e de compromisso, negação do fato, mudanças constantes de plano de ação e de estratégia, falta de adesão ao projeto pedagógico, crítica pela crítica, oposição descabida etc (WITTER, 2003). Embora o sofrimento seja algo natural do ser humano, as formas de sofrimento

de cada professor variam conforme o ambiente profissional em que está inserido e às experiências vividas (PESSANHA; CORRÊA, 2015).

Nos estudos produzidos por Cardoso, Nunes e Moura (2019) os autores referem que uma sociedade que não se importa com a saúde dos seus professores não está em situação de exigir desses profissionais um trabalho de qualidade, pois em um ambiente laboral onde existem fatores que propiciam o adoecimento físico e mental do trabalhador, não há como ser desenvolvido um trabalho de excelência. Isto é algo importante para se pensar quando as políticas públicas são elaboradas no sentido de pretender uma educação que seja transformadora (CARDOSO; NUNES; MOURA, 2019).

3.2 Docência e as condições de trabalho

À medida que mulheres e homens se inserem no mercado, o trabalho além de seu carácter econômico, de proporcionar o sustento individual e familiar, passa a atuar como mediador de integração social, seja pelo seu poder de definir os grupos socioeconômicos, seja pelo seu valor cultural que ele é capaz de proporcionar (BORSOI, 2007; HUEBRA et al., 2018). Assim, o trabalho é fundamental na constituição subjetiva das pessoas, à medida que se relaciona diretamente com o posicionamento social do indivíduo (BORSOI, 2007; HUEBRA et al., 2018).

O trabalho pode ser considerado uma importante fonte de saúde se realizado de forma gratificante e num ambiente saudável, porém em certas condições negativas as ações implicadas no ato de trabalhar podem atingir não somente o corpo do trabalhador, mas também o seu psiquismo, desencadeando processos psicopatológicos relacionados às condições de trabalho (BRASIL, 2001).

O cotidiano profissional pode afetar a saúde dos que atuam na educação da infância, na medida em que existem inúmeros fatores que podem se tornar fonte de estresse, uma vez vivenciados sistematicamente, estes fatores estressores podem levar o professor a experimentar um sentimento de mal-estar ao exercer a docência (PESSANHA; CORRÊA, 2015). Os fatores estressores na docência são variados e dependem do contexto de trabalho de cada professor, como exemplos destes fatores podem ser citadas a falta de estrutura de creches e pré-escolas, a superlotação de turmas de crianças para cada professor, a formação destes profissionais, dentre outros fatores (PESSANHA; CORRÊA, 2015).

Assim, o processo saúde-doença do docente pode estar ligado à sua atividade e às condições que a mesma é realizada considerando que a presença destes determinantes interferem no bem-estar do organismo e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos professores (BAIÃO; CUNHA, 2013; FERNANDES; VANDENBERGUE, 2018). O adoecimento dos profissionais, pode ocasionar disfunções e queda na performance profissional, acarretando estresse físico e emocional, a partir disso o trabalhador dispensará tempo e recursos financeiros para sua recuperação ou serão gastos recursos públicos para proporcionar tratamento e amparo financeiro a um trabalhador momentânea ou permanentemente improdutivo (FERNANDES; VANDENBERGUE, 2018; MARINHO, 2012).

As condições de trabalho são contempladas no art. 206 da Constituição Federal de 1988 - CF/88 (BRASIL, 1988), que determina a valorização dos profissionais do ensino por meio de implantação do plano de carreira, piso salarial e ingresso na docência via concurso de provas e títulos. Posteriormente, essa regulamentação foi alterada mediante a Emenda Constitucional nº 53/2006 - EC nº 53/06 (BRASIL, 2006), que admitiu a valorização dos profissionais da educação escolar das redes públicas, assegurando planos de carreira e ingresso, exclusivamente, por meio de concurso de provas e títulos (CIRILO, 2012).

Outras políticas constitucionais também foram elaboradas para consolidar as determinações definidas pela CF/88, entre elas: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em 1996, o qual posteriormente foi ampliado e passou a contemplar toda a educação básica, compondo, assim, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); as Diretrizes para os Planos de Carreira e Remuneração, em 1997; o Piso Salarial Nacional (PSPN); o Plano Nacional de Educação (2001-2011); e o atual Plano Nacional de Educação (2014-2024). Esse conjunto de regulamentações compõe as chamadas políticas de valorização docente, as quais ressaltaram a importância e a indissociabilidade das dimensões da profissão: formação inicial e continuada, remuneração e condições de trabalho e carreira para a promoção da valorização docente (CIRILO, 2012).

Tais determinações foram objeto de luta e de embates políticos ao longo dos últimos anos e mobilizaram diferentes segmentos da sociedade civil (WEBER, 2015). Além de se voltarem para as questões docentes, as políticas educacionais se

dedicaram também a ampliar o acesso à educação básica, por meio do financiamento e das estratégias de apoio estudantil (GOMES; NUNES; PÁDUA, 2019). No entanto, de acordo com os mesmos autores, as condições concretas de exercício da profissão e, mais especificamente, a adequabilidade dos espaços escolares e a oferta de materiais e equipamentos necessários para a realização da atividade docente ainda permanecem um desafio em muitas escolas de educação básica no Brasil.

No cenário nacional, as mudanças na organização do trabalho docente juntamente com as novas exigências e competências requeridas trouxeram consigo sobrecarga de trabalho aos docentes, tanto no que diz respeito ao volume de trabalho, a precariedade das condições de ensino, a diversidade e complexidade existente em sala com as quais o professor é obrigado a lidar quanto à expectativa social de excelência do seu trabalho (CRUZ et al., 2010; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006). Impuseram-se muitas atribuições ao professor que ultrapassam seus interesses e carga horária, entretanto este mesmo profissional tem sido excluído das decisões institucionais, sendo percebido somente como um executor de propostas elaboradas por outros (CARLOTTO; PALAZZO, 2006; CRUZ et al., 2010). Este modelo atual diminuiu o tempo do professor para efetuar seu trabalho, atualizar-se profissionalmente e também para o seu lazer e convívio social (CARLOTTO; PALAZZO, 2006; CRUZ et al., 2010).

Em estudos realizados por Barros e Gradela (2017), o professor submetido à sobrecarga de trabalho teria a sua saúde fragilizada e estaria mais suscetível ao adoecimento, por falta de uma legislação educacional que o orientasse já em sua formação inicial sobre a importância da conduta vocal, dos fatores psicológicos e da conduta física, pois atualmente a matriz curricular acadêmica pouco contempla a promoção da saúde docente.

Levando em conta as/os docentes da educação infantil, os resultados obtidos em estudos realizados por Vieira, Gonçalves e Martins (2016) indicaram que essa categoria, em termos de saúde, parece andar na contramão da ideia de que o trabalho é um elemento fundamental para fazer com que as pessoas se sintam úteis e importantes – um sentimento sadio de pertencer e de contribuir para a sociedade, sentimento que deveria ser fundamental num trabalho como o da educação. Sua ausência se constitui em um dos fatores do ‘mal-estar docente’ que, combinados com questões de ordem individual, organizacional e social, influenciam a saúde, o desempenho e a satisfação dos docentes.

A complexidade do trabalho docente e a gama de atribuições impostas ao professorado permitem que uma série de discursos interfiram no trabalho docente. Nessa trama, os profissionais podem considerar serem suas as responsabilidades e as mazelas encontradas cotidianamente nas escolas, e ao não alcançarem o objetivo esperado, sofrem por fracassarem. Ao não compartilharem as responsabilidades e os fracassos, o professor esgota, silencia e adocece por creditar a si a causa do não aprendizado, da violência, da pobreza, entre outros (VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016).

4 MEDODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos do estudo, sendo dividido em tópicos para facilitar o entendimento do leitor. Todos os procedimentos da pesquisa que serão apresentados foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, através do parecer nº 32908620.5.0000.5323.

4.1 Caracterização da Pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo descritiva, utilizando-se método misto, empregando combinação de abordagens quantitativa e qualitativa. A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los (MANZATO; SANTOS, 2012).

Esse tipo de pesquisa procura descobrir, com precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características, buscando conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas, e cujo registro não consta em documentos (MANZATO; SANTOS, 2012).

4.2 População e Amostra

A população do estudo foi composta por professores da Educação Infantil que atuam nas escolas da rede municipal de ensino da cidade de Uruguaiana-RS, independentemente do tipo de vínculo empregatício, sendo que de acordo com as informações da Secretaria Municipal de Educação, no momento da pesquisa, esse universo era constituído por 236 docentes (Regente de classe, Educação Física e Espanhol), distribuídos em 23 escolas. Todos os docentes foram convidados a participar da pesquisa, sendo que compuseram a amostra todos aqueles que aceitaram participar voluntariamente do estudo. Foi adotado o seguinte critério de inclusão: a) Ser professor(a) regente de sala, de Espanhol ou de Educação Física, que estivessem atuando na Educação Infantil da rede municipal de ensino. Após a seleção amostral, o indivíduo seria excluído caso da pesquisa caso: a) tivesse tempo

de efetivo exercício menor que um semestre letivo e b) estivesse afastado das suas atividades na instituição durante o período da coleta de dados.

4.3 Implementação do estudo

Inicialmente foi realizado o contato com a Secretaria Municipal de Educação - SEMED para apresentação do projeto e da proposta do estudo. Após a obtenção da autorização para a realização da pesquisa, por meio da carta de anuência do Coparticipante, o projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da instituição dos pesquisadores e aprovado sob o parecer nº 32908620.5.0000.5323.

Com a aprovação dos aspectos éticos, foi realizado o contato com as equipes diretivas e coordenadores(as) pedagógicos(as) de cada escola para apresentar o projeto, através do e-mail institucional ou *WhatsApp*, bem como, solicitar que fosse encaminhado via *e-mail* ou através de outros recursos digitais para comunicação interna com os professores, um formulário eletrônico online, uma vez que a SEMED havia autorizado a pesquisa. O *link* do formulário foi encaminhado via *e-mail* e via *WhatsApp* por cada equipe diretiva aos professores. Também, a partir das redes sociais das escolas, as pesquisadoras publicaram e compartilharam diversas vezes o *link*, com a intenção de alcançar mais professores da rede. O acesso ao questionário foi liberado apenas uma vez, através de cadastro pessoal na plataforma do *Google Forms*, por um período pré-determinado e antes de iniciar a responder as questões, o participante deu ciência no termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE *online*.

4.4 Instrumentos e Procedimentos da Coleta de Dados

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizado o levantamento epidemiológico para a identificação e análise do perfil das(os) docentes que atuam na Educação Infantil da rede municipal investigada, assim como, foi identificado o percentual de docentes com suspeição de sofrimento mental. Além disso, também buscou-se compreender a partir das percepções das(os) docentes qual o entendimento destes a respeito do tema saúde mental e o quanto estar adoecida(o) pode influenciar o ensino das crianças no contexto escolar, elencando os fatores que contribuem para o adoecimento destes profissionais.

Para tanto, os participantes responderam um questionário eletrônico com perguntas relacionadas a temática deste estudo e fizeram uso de um equipamento de

sua preferência com acesso à internet (celular, *notebook*, etc). A aplicação do questionário foi realizada por meio de plataforma *online* criada exclusivamente para este fim. O acesso aos questionários foi liberado apenas uma vez, através de cadastro pessoal na plataforma do *Google Forms*.

Os questionários aplicados foram sobre aspectos socioeconômicos e Distúrbios Psíquicos Menores (DPM), verificados pelo Self-Report Questionnaire – 20 (SRQ-20). No questionário socioeconômico, foram coletados dados como: sexo, idade, situação conjugal, grau de instrução e renda familiar, incluindo, tempo de trabalho na docência, tipo de vínculo, trabalho noturno, carga horária semanal como professor, carga horária total de trabalho na semana, se possui outras ocupações, percepção quanto ao relacionamento com os alunos, à remuneração, à quantidade de aluno por sala de aula, ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional e relato de violência contra o professor nos 12 meses anteriores à entrevista, se teve afastamento por motivo de doença nos últimos 12 meses (se sim, quanto tempo ou não), se faz uso de medicação (ansiedade/depressão ou outros), faz acompanhamento psicológico (sim ou não), a percepção dos docentes sobre saúde mental, bem como, sobre sua saúde mental e como a mesma influencia no ensino da educação infantil.

Os Distúrbios Psíquicos Menores (DPM), avaliados pelo *Self-Report Questionnaire – 20* (SRQ-20) permite a detecção precoce de sinais e sintomas de comprometimento da saúde mental, sendo este recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um método para identificação dos DPM (TOSTES et al., 2018). Os DPM designam quadros clínicos em indivíduos com sintomas de ansiedade, depressão ou somatização, mas que não satisfazem a todos os critérios de doença mental, de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde-10 (CID-10). O ponto de corte para mulheres é 7/8 e para homens é 5/6 (MARI; WILLIAMS, 1986). Neste estudo foi adotado o ponto de corte mais elevado para ambos os sexos, visando maior rigor na interpretação dos dados, similar aos estudos de Monteiro et al. (2019), ou seja, ≥ 6 respostas positivas para homens e de ≥ 8 para mulheres.

4.5 Aspectos Éticos

Todos os dados foram coletados mediante o assentimento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes da pesquisa, e foram tomadas

as devidas precauções quanto à privacidade e ao anonimato dos avaliados. O estudo não previu métodos invasivos de coleta de dados e, durante o processo de coleta das informações, foram tomadas todas as medidas para que possíveis riscos fossem evitados.

Entretanto, o participante da pesquisa poderia sentir desconforto ou cansaço durante a realização da entrevista, bem como se sentir constrangido ao responder alguma das questões propostas no estudo. Neste sentido, caso ocorresse, a pesquisadora faria os primeiros socorros, analisaria as consequências, e se necessário levaria o participante da pesquisa para atendimento médico/especializado. Se houvesse constrangimento, os responsáveis seriam comunicados e teriam a opção de se retirarem do estudo, caso achassem necessário.

Como benefício, os dados oriundos do presente estudo, serão entregues individualmente aos participantes um relatório com os resultados desta etapa de coletas via *e-mail*. Ainda serão entregues às escolas e a Secretaria Municipal de Educação - SEMED um relatório, constando os resultados obtidos durante a coleta. Estas informações poderão auxiliar no planejamento, execução, acompanhamento e na melhoria das condições de trabalho desempenhado pelos docentes da educação infantil municipal.

4.6 Análise dos dados

Os resultados obtidos foram expressos, descritivamente, em média, desvio padrão e porcentagem. As associações entre as variáveis categóricas foram realizadas pelo teste do Qui-quadrado, considerado o nível de significância de 5% ($p < 0,05$) e intervalo de confiança de 95%.

Para análise qualitativa foi utilizado a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que consiste em duas etapas: pré-análise: tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Da análise de conteúdo dos depoimentos, emergiram as categorias que posteriormente foram interpretadas na seção resultados. Para preservar o anonimato dos participantes, a identificação das falas foi realizada por códigos alfanuméricos em que a letra P representou Professor(a) e o número indicou sua colocação na sequência das entrevistas.

5 RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados como resultados da pesquisa dois manuscritos, sendo o primeiro intitulado “Trabalho e Saúde: o sofrimento mental de professores da Educação Infantil”, contemplando o primeiro e segundo objetivo específico deste estudo, se apresenta nas normas da revista para qual ele foi submetido, a Revista Cadernos de Pesquisa (ISSN eletrônico: 2178-2229), Qualis (CAPES) A2 na área de Educação e B1 de Ensino (2013-2016), e está em processo de avaliação. As Diretrizes para publicação podem ser conferidas no link <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/about/editorialPolicies#custom-0>

O segundo manuscrito denominado “Saúde mental na percepção dos docentes que atuam na Educação Infantil”, contemplando o terceiro deste estudo, será submetido à Revista Educação e Cultura Contemporânea (ISSN online: 2238-1279) A2 na área de Educação e Ensino (2013-2016) após as considerações e contribuições da banca frente a defesa desta dissertação para, posteriormente, ser enviado para publicação. As Diretrizes para publicação podem ser conferidas no link <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/about/submissions#authorGuidelines>.

5.1 Manuscrito 1

TRABALHO E SAÚDE: O SOFRIMENTO MENTAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

WORK AND HEALTH: THE MENTAL SUFFERING OF EARLY CHILDHOOD
EDUCATION TEACHERS

TRABAJO Y SALUD: EL SUFRIMIENTO MENTAL DE LOS PROFESORES DE
JARDÍN DE INFANCIA

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar a prevalência de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) e os fatores associados, considerando as características sociodemográficas e laborais dos professores da Educação Infantil que atuam na rede municipal de Uruguaiana/RS. É um estudo descritivo, com abordagem quantitativa. Os instrumentos aplicados para a coleta de dados, foram o questionário sociodemográfico e o *Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20)*. Participaram do estudo 123 docentes e 34,1% apresentaram sintomatologia sugestiva para DPM. Os sintomas apresentados pela maioria, indicam a presença de humor depressivo ansioso e queixas somáticas. O trabalho desempenhado por estes profissionais que atuam na educação infantil gera ansiedade, depressão e estresse. Por essa razão, são necessárias adoção de políticas públicas locais que assegurem ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, com características do modelo biopsicossocial, onde são considerados aspectos biológicos, mentais e sociais, visando o cuidado e o amparo em saúde mental aos docentes da educação infantil.

Palavras-chave: Trabalho docente; Saúde; Educação Infantil.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the prevalence of Minor Psychic Disorders (MPD) and associated factors, considering the sociodemographic and labor characteristics of

early childhood education teachers who work in the municipal network of Uruguaiiana/RS. It is a descriptive study with a quantitative approach. The instruments used for data collection were the sociodemographic questionnaire and the Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). 123 professors participated in the study and 34.1% had symptoms suggestive of MPD. The symptoms presented by the majority indicate the presence of anxious depressive mood and somatic complaints. The work performed by these professionals who work in early childhood education generates anxiety, depression and stress. For this reason, it is necessary to adopt local public policies that ensure health promotion and disease prevention actions, with characteristics of the biopsychosocial model, where biological, mental and social aspects are considered, aiming at the care and support in mental health for teachers of early childhood education.

Keywords: Teaching work; Health; Child education.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar la prevalencia de Trastornos Psíquicos Menores (TPM) y factores asociados, considerando las características sociodemográficas y laborales de los docentes de educación infantil que laboran en la red municipal de Uruguaiiana / RS. Es un estudio descriptivo con enfoque cuantitativo. Los instrumentos utilizados para la recolección de datos fueron el cuestionario sociodemográfico y el Cuestionario de Autoinforme (SRQ-20). En el estudio participaron 123 profesores y el 34,1% presentaba síntomas sugestivos de MPD. Los síntomas que presenta la mayoría indican la presencia de un estado de ánimo ansioso depresivo y quejas somáticas. El trabajo que realizan estos profesionales que trabajan en educación infantil genera ansiedad, depresión y estrés. Por ello, es necesario adoptar políticas públicas locales que aseguren acciones de promoción de la salud y prevención de enfermedades, con características del modelo biopsicosocial, donde se consideren aspectos biológicos, mentales y sociales, con el objetivo de la atención y apoyo en salud mental a los docentes de educación de la primera infancia.

Palabras Claves: Trabajo docente; Salud; Educación Infantil.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho pode ter diferentes representações na vida dos sujeitos, podendo ter caráter econômico, proporcionar sustento individual e familiar ou ainda atuar como mediador de integração social seja pelo seu poder de definir os grupos socioeconômicos ou pelo valor cultural que é capaz de proporcionar (BORSOI, 2007; HUEBRA et al., 2018). Nesse sentido, o trabalho realizado em condições ambientais e sociais favoráveis pode ser coadjuvante à saúde física e mental do trabalhador, fonte de criação, prazer e realização (LIMA, 2003).

Quando observamos o trabalho docente, percebemos que estes profissionais enfrentam inúmeros desafios e assumem grandes responsabilidades. De acordo com Carlotto et al. (2019), a categoria profissional docente é considerada como uma das ocupações com maior risco de desgaste e de adoecimento, sendo que estudos desenvolvidos nas últimas décadas, têm apontado crescente adoecimento entre os docentes, destacando o sofrimento mental como uma das formas mais prevalentes (ALBUQUERQUE et al., 2018; SOUZA; COUTINHO, 2018; TOSTES et al., 2018).

A crescente incidência de sofrimento mental em docentes vem chamando a atenção de pesquisadores de diferentes áreas. Para caracterizar o sofrimento dos docentes, Tostes et al. (2018) refere em seus estudos que este pode ser manifestado por meio de um conjunto de sinais do corpo e da psique, como estresse, ansiedade, depressão e fadiga, sendo esses sintomas, caracterizados como Transtornos Mentais Comuns (TMC) (LUCCHESI et al., 2014).

Os TMC também são conhecidos como distúrbios psíquicos menores (DPM), sendo descritos como um conjunto de sintomas neuróticos, como a insônia, a irritabilidade, a fadiga, o esquecimento, a dificuldade de concentração e as queixas somáticas (MONTEIRO et al., 2019), mas que não preenchem critérios formais suficientes para diagnósticos de depressão e/ou ansiedade de acordo com as classificações do DSM-V (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - 5ª edição*) (APA, 2014) e da CID-11 (*Classificação Internacional de Doenças - 11ª revisão*) (WHO, 2019).

A identificação de DPM traduz sinais de sofrimento e de potencial patologia psíquica nos docentes (MONTEIRO et al., 2019), sendo que a literatura nacional tem apontado valores de prevalência entre 49,5% e 75,3% de acometimento entre os

professores (BALDAÇARA et al., 2015; MONTEIRO et al., 2019; TOSTES et al., 2018), dependendo das características da amostra analisada como a localização geográfica, rede de ensino e níveis de ensino em que trabalha.

Arantes e Lopes (2019) apontam que as altas prevalências de sofrimento mental, podem denunciar situações de trabalhos insalubres e crescente desvalorização social da área da educação e que tais resultados podem apontar para um cenário de saúde pública, demonstrando necessidade de aprofundamento dos estudos neste campo.

Nesse contexto, muitas são as situações vivenciadas pelos docentes que atuam na Educação Infantil e possivelmente são esses profissionais que estão mais adoecidos em função do grau de exigência daqueles para os quais prestam seu serviço (MONTEIRO et al., 2019). Como exemplos, alguns aspectos estressantes relacionados ao trabalho são apontados por Martins et al. (2019) como a sobrecarga de responsabilidade pela qualidade do atendimento às crianças pequenas, as condições precárias das escolas infantis, a desvalorização profissional, a falta de demarcação clara entre as atividades de mulher, mãe e professora, as interpelações dos pais e o desprestígio por serem frequentemente remetidas à figura da babá, que não necessitaria de qualquer especialização para desempenhar seu trabalho. Para o autor, certamente esses aspectos, quando somados, podem contribuir em grande parte para o processo de adoecimento desses profissionais.

Estudos relacionados à saúde docente são relativamente novos no Brasil, estando em evidência nos últimos anos, quando aumentaram os registros de afastamentos de sala de aula por motivo de doença (MARTINS et al., 2017). Considerando os diferentes níveis de ensino e suas particularidades, ainda são escassos os estudos que analisam a temática no cenário da Educação Infantil. Nesse sentido, conhecer os determinantes sociais de saúde é relevante não só para as doenças consideradas como graves, mas também para a implementação da promoção da saúde mental e prevenção das perturbações mentais (MARINHO ALVES; RODRIGUES, 2010). Diante destas informações, este estudo teve por objetivo analisar a prevalência de DPM e os fatores associados, considerando as características sociodemográficas e de trabalho dos professores da Educação Infantil da rede municipal de Uruguaiana/RS.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa e que foi realizado com docentes da Educação Infantil do município de Uruguaiana/RS. Para efetivação da pesquisa, foram seguidas as observâncias éticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, tendo a pesquisa sido aprovada pelo Comitê de ética da instituição dos pesquisadores sob o parecer nº 32908620.5.0000.5323.

De acordo com as informações da Secretaria Municipal de Educação, 236 professores atuam nas escolas que possuem Educação Infantil no município, distribuídos em 23 escolas (16 específicas de educação infantil e de 7 de educação básica), sendo que todos, independentemente do modo de contratação ou tempo de trabalho, foram convidados a participar da pesquisa, por meio de redes sociais, e-mail e demais espaços de comunicação digital utilizados pelas escolas, sendo utilizado como critério de inclusão apenas o fato de ser professor(a) atuante na Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Após a seleção amostral, os sujeitos que estavam afastados das suas atividades da instituição durante o período de coleta de dados foram excluídos da pesquisa. Os participantes responderam a um questionário eletrônico, separado em duas sessões. A primeira sessão continha questões sobre aspectos sociodemográficos, carga horária de trabalho semanal, tempo de sono, escolaridade, número de escolas que atua, entre outros.

Na sequência, a segunda parte era composta pelo *Self-Report Questionnaire-20* (SRQ-20), um questionário recomendado pela Organização Mundial da Saúde, desenvolvido para avaliar a presença de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM), permitindo a detecção precoce de sinais e sintomas de comprometimento da saúde mental (WHO, 1975). O SRQ-20 se limita a detectar os níveis de alteração do funcionamento psíquico e não a realizar o diagnóstico. O ponto de corte utilizado para o estabelecimento de suspeição de distúrbios psíquicos menores foi de ≥ 6 respostas positivas para homens e de ≥ 8 para mulheres (MONTEIRO et al., 2019).

A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e maio de 2020 no início do período pandêmico de SARS-CoV-2 (Coronavírus). As aulas estavam temporariamente suspensas e ainda não havia iniciado as atividades remotas. A aplicação dos questionários foi realizada por meio de plataforma *online* criada exclusivamente para este fim e os participantes puderam responder às questões em qualquer horário que fosse conveniente aos mesmos. As informações coletadas foram

devidamente registradas em um formulário pré-codificado, contemplando questões inerentes aos objetivos do estudo.

Para a análise dos dados foram utilizados procedimentos de estatística descritiva por meio de medidas de média, desvio padrão, frequências absolutas e relativas. Para a análise bivariada foi utilizado o Teste Qui-quadrado. Em todas as análises foi considerado o nível de significância de 5% ($p < 0,05$) e intervalo de confiança de 95%, sendo realizadas por meio do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21.0.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 123 docentes, dos quais 97,6% eram do sexo feminino e 54,5% possuíam até 40 anos de idade. A distribuição de frequência das características sociodemográficas e de características do trabalho dos professores avaliados está apresentada na Tabela 1, sendo possível identificar que 49,6% eram casados, 80,5% possuem filhos, 20% possui como carga horária de trabalho 20 horas semanais, 63,4% possui renda mensal entre 1 e 3 salários, 75,6% deles com vínculo de trabalho estável (efetivos e concursados).

Verificou-se que 86,2% ($n=106$) eram professores Regentes de Sala (Pedagogia ou Curso Normal), 3,3% ($n=04$) de Espanhol e 10,5% ($n=13$) de Educação Física, sendo que 75,6% eram concursados. Aproximadamente um terço dos professores (30,1%) também exerciam atividades laborais em outros locais. Além das atividades de ensino, 4,8% dos professores desenvolviam outra atividade remunerada fora da esfera da docência.

Tabela 1 – Distribuição de frequência das características sociodemográficas e de trabalho dos professores avaliados

Categoria	Variável	N	%	IC (95%)
Sexo	Feminino	120	97,6	94,8-100,3
	Masculino	3	2,4	0,0-19,7
Faixa etária	>40 anos	67	54,5	42,5-66,4
	<40 anos	56	45,5	32,4-58,5
Estado Civil	Solteira(o)	26	21,1	5,4-36,7
	Casada(o)	61	49,6	37,0-62,1
	União estável	23	18,7	2,7-34,6
	Divorciada(o)/Separada(o)	11	8,9	0,0-25,7

Categoria	Variável	N	%	IC (95%)
	Viúva(o)	2	1,6	0,0-18,9
Escolaridade	Ensino médio	1	0,8	16,6-18,2
	Ensino superior incompleto	8	6,5	10,5-23,5
	Ensino superior	35	28,5	13,5-43,4
	Especialização	76	61,8	50,8-72,7
	Mestrado	3	2,4	0,0-19,7
Filhos	Sim	99	80,5	72,6-88,3
	Não	24	19,5	3,6-35,3
Quantidade de Filhos	Um filho	44	35,8	21,6-49,9
	Dois filhos	39	31,7	17,0-46,3
	Três filhos	13	10,6	0,0-27,3
	Quatro ou mais filhos	3	2,4	0,0-19,7
Tempo de trabalho na instituição	Até 5 anos	67	54,5	42,5-66,4
	Entre 5 e 10 anos	49	39,8	26,0-53,5
	Acima de 10 anos	7	5,7	0,0-22,80
Carga horária de trabalho	20 horas	64	52,1	39,7-64,2
	30 horas	2	1,6	0,0-18,9
	32 horas	1	0,8	0,0-18,2
	40 horas ou mais	56	45,5	32,4-58,5
Atividade laboral em outro local	Sim	37	30,1	15,3-44,8
	Não	86	69,9	60,2-79,5
Trabalho noturno	Sim	10	8,1	0,0-25,0
	Não	113	91,1	85,8-96,3
Renda mensal	Entre 1 e 3 salários	78	63,4	52,7-74,0
	De 4 a 6 salários	40	32,5	17,9-47,0
	De 7 a 10 salários	5	4,1	0,0-21,4
Satisfação quanto à remuneração	Bom	38	30,0	15,4-44,5
	Regular	70	56,9	45,2-68,5
	Ruim	15	12,2	0,0-28,7
Atinge 8 horas de sono	Sim	78	63,4	52,0-74,0
	Não	45	36,6	22,0-50,0
Faz acompanhamento psicológico	Sim	20	16,3	0,1-32,0
	Não	76	61,8	50,0-72,0
	Não tenho vontade	3	2,4	0,0-19,0
	Não, mas gostaria	24	19,5	3,0-35,0
Uso de psicofármacos	Sim	34	27,6	12,5-42,6
	Não	89	72,4	63,1-81,6

n= número de professores; %= percentual; IC= intervalo de confiança. **Fonte:** elaborada pelas autoras com dados da pesquisa, 2021.

O ingresso dos professores da Educação Infantil ocorre por meio de concurso público de provas e títulos, obedecendo à determinação do art. 67 da LDB (BRASIL, 1996), porém, no ano de 2019 foram contratados docentes através de processo seletivo simplificado (PSS 71/2019), por tempo determinado, no qual foram

criadas vagas para atuação de docentes especializados nas áreas de Educação Física e Espanhol. A educação infantil municipal era até então dominada em sua maioria por docentes com formação no magistério e em pedagogia.

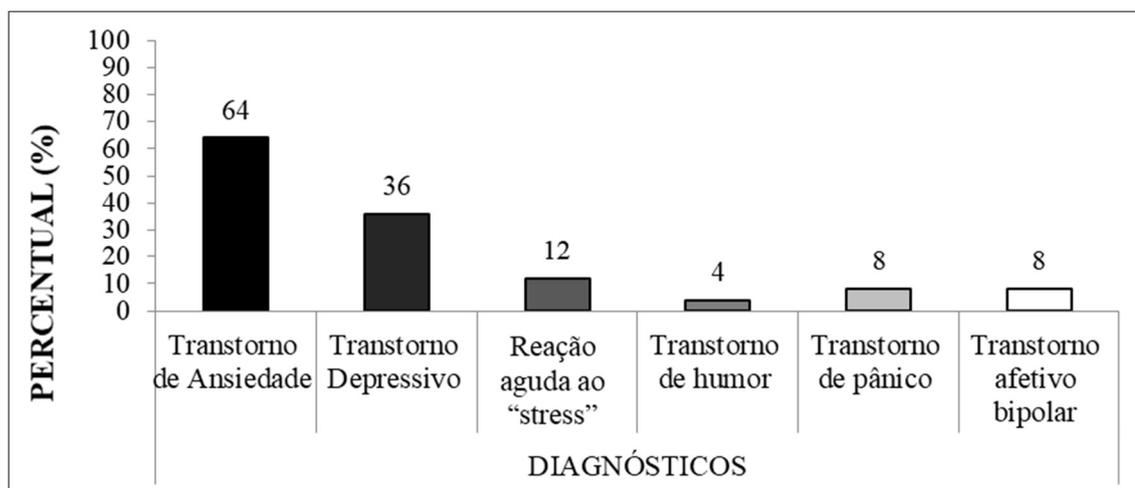
Quanto às atribuições profissionais e regime de trabalho é bastante similar entre as duas formas de contratação, diferindo apenas nas questões salariais, nas quais os contratados recebem menores salários. Vale destacar que o município realiza ajustes anuais respeitando o piso nacional dos professores, mas este não é estendido aos profissionais oriundos de processo seletivo para professores temporários (URUGUAIANA, 2019).

Considerando a formação dos professores, 92,7% possuíam nível superior. A presença de muitos docentes com ensino superior completo ou em formação demonstra a busca por ascensão profissional dentro da carreira através da continuação dos estudos. Nesse sentido, o plano de carreira vem garantir esta possibilidade de crescimento profissional, pessoal e também financeiro, pois a cada progressão funcional na carreira é acrescido um percentual no salário do docente, sendo garantido apenas aos concursados conforme descrito na Lei 4.111/2012 (URUGUAIANA, 2012), onde se estabelece o plano de carreira do magistério público municipal.

Destaca-se também, que 27,6% (n=34) dos docentes relataram fazer uso de psicofármacos (Tabela 1), sendo a maioria deles da classe dos benzodiazepínicos. Estes fármacos são depressores do Sistema Nervoso Central (SNC) que possuem ação ansiolítica, sedativa, miorrelaxante e anticonvulsivante (CARDOSO; NUNES; MOURA, 2019).

Quando questionado sobre o fato de possuírem algum diagnóstico relativo a problemas de saúde mental, 20,3% dos professores responderam positivamente. A Figura 1 apresenta a distribuição de frequência desses diagnósticos, sendo possível identificar que a maioria apresenta transtorno de ansiedade (64%). Ainda é possível perceber que 36% dos avaliados informaram que possuem Transtorno Depressivo. Vale destacar que 32% desses professores informaram possuir mais de um diagnóstico.

Figura 1 – Distribuição de frequência dos diagnósticos apresentados pelos professores (n=25)



Fonte: elaborada pelas autoras com dados da pesquisa, 2021.

A distribuição de frequência das respostas sobre o sofrimento psíquico de professores está apresentada na Tabela 2, sendo possível identificar que 34,1% dos professores apresentaram Distúrbios Psíquicos Menores (DPM). A investigação sobre a presença de DPM entre os professores destaca uma proporção considerável de adoecimento numa população relativamente jovem, com queixas importantes relacionadas ao funcionamento psíquico, como cansaço mental e nervosismo. A prevalência de DPM encontrada no presente estudo foi superior à apresentada por De Araújo e Carvalho (2009), num estudo realizado com diferentes amostras de professores, no qual os professores da Rede pública municipal de Salvador, incluindo a Educação Infantil, apresentaram 22,5% de TMC.

Embora nossos resultados sejam preocupantes, alguns autores apontam prevalências ainda maiores de sofrimento psíquico entre os professores (DE OLIVEIRA; LEITE, 2012; REIS et al., 2005). Nessa perspectiva, o estudo Reis et al. (2005) com docentes da pré-escola e do ensino fundamental, da rede municipal de Vitória da Conquista/BA, evidenciou que 55,9% dos avaliados apresentavam DPM. Essa divergência pode ser justificada pelas características da amostra, na qual a carga horária semanal era superior (> de 30 horas de trabalho), bem como, o número de filhos (2 filhos), demonstrando uma exigência maior em relação ao trabalho docente e à demanda familiar.

Sousa e Guedes (2016) referem que a dupla responsabilidade acaba por exigir muito das mulheres, chegando ao ponto que estas duas demandas, ou seja, a profissional e a pessoal geram tensão e conflito na vida das mesmas. Também, Batista et al., (2009) corroboram no que tange o duplo papel das mulheres, que ao assumirem

a construção social do papel de privilegiar o cuidado do outro e não cuidado de si, passam a apresentar ansiedades, frustrações, angústias relacionadas à vida e ao trabalho, podendo ocorrer adoecimento, principalmente os transtornos mentais.

Seguindo ainda na questão da duplicidade de papéis, Biondo e Cardoso (2017) ressaltam a dificuldade em separar alguns aspectos envolvendo o trabalho desempenhado pelos docentes, pois o mesmo, entrelaça a tarefa de educar com o cuidado parental e a introdução de valores morais. Os autores afirmam que o constante aumento de responsabilidades faz com que os mesmos tenham menos tempo para o autocuidado, destacam ainda, que o cuidar na educação infantil exige tensão emocional, atenção, dedicação e entrega por parte destes profissionais.

Considerando as frequências de respostas de acordo com o grupo de sintomas, é possível perceber que as maiores frequências de respostas foram nas categorias Humor depressivo-ansioso e Sintomas somáticos (Tabela 2). Dentre as respostas é possível destacar que 73,2% sentem-se nervosos, tensos ou agitados e 55,3% sentem dores de cabeça frequentemente, 43,1% dorme mal e 43,9% se cansa com facilidade. As questões menos apontadas foram aquelas classificadas dentro do grupo de pensamentos depressivos (Tabela 2).

Tabela 2 – Frequência de respostas do SRQ-20 distribuídas em quatro grupos de sintomas (n=123)

Grupo de Sintomas	Questões do SRQ-20	Sim n(%)	Não n (%)
Humor Depressivo-Ansioso	Assusta-se com facilidade?	52 (42,3)	71 (57,7)
	Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)?	90 (73,2)	33 (26,8)
	Tem se sentido triste ultimamente?	49 (39,8)	74 (60,2)
	Tem chorado mais do que costume?	31 (25,2)	92 (74,8)
Sintomas Somáticos	Você tem dores de cabeça frequente?	68 (55,3)	55 (44,7)
	Tem falta de apetite?	14 (11,4)	109 (88,6)
	Dorme mal?	53 (43,1)	70 (56,9)
	Têm tremores nas mãos?	23 (18,7)	100 (81,3)
	Tem má digestão?	51 (41,5)	72 (58,5)
	Têm sensações desagradáveis no estômago?	52 (42,3)	71 (57,7)
Decréscimo de Energia Vital	Têm dificuldades de pensar com clareza?	37 (30,1)	86 (69,9)
	Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias?	48 (39,0)	75 (61,0)
	Tem dificuldades para tomar decisões?	41 (33,3)	82 (66,7)
	Tem dificuldades no serviço (seu trabalho é penoso, lhe causa- sofrimento)?	13 (10,6)	110 (89,4)
	Sente-se cansado(a) o tempo todo?	40 (32,5)	83 (67,5)
	Você se cansa com facilidade?	54 (43,9)	69 (56,1)

Grupo de Sintomas	Questões do SRQ-20	Sim n(%)	Não n (%)
Pensamentos Depressivos	É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?	13 (10,6)	110 (89,4)
	Tem perdido o interesse pelas coisas?	30 (24,4)	93 (75,6)
	Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo?	8 (6,5)	115 (93,5)
	Tem tido ideia de acabar com a vida?	4 (3,3)	119 (96,7)
Sofrimento Mental	-	42 (34,1)	81 (65,9)

Fonte: elaborada pelas autoras com dados da pesquisa, 2021.

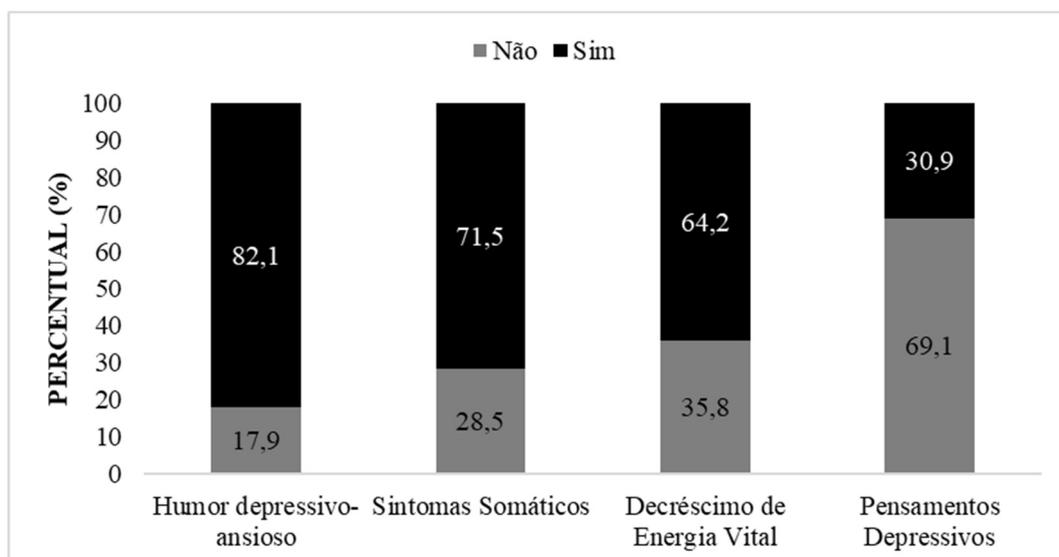
Em relação ao grupo de sintomas aferidos, nossos resultados vão ao encontro do estudo de Reis et al. (2005), no qual as professoras da pré-escola e do ensino fundamental, da rede municipal de Vitória da Conquista/BA que foram avaliadas, apresentavam maiores manifestações de sintomas relacionados ao humor depressivo (se sentir nervoso, tenso ou agitado; assustar-se com facilidade; se sentir triste ultimamente) e aos sintomas somáticos (dormir mal; ter dores de cabeça frequentemente; ter sensações desagradáveis no estômago).

De acordo com o DSM-V (APA, 2014) o transtorno depressivo com característica ansiosa deve apresentar ao menos dois ou mais sintomas presentes durante a maioria dos dias de um episódio depressivo, tais como, tensão, inquietude, dificuldade de concentração, medo e sensação de perder o controle sobre si mesmo. Cabe ressaltar, que altos níveis de ansiedade, associados ao transtorno depressivo maior estão relacionados ao risco de suicídio, maior duração de doenças e tratamento não responsivo (APA, 2014, p.184).

Referente a categoria dos sintomas somáticos, no DSM-V (APA, 2014) são queixas físicas recorrentes que não podem ser explicadas por uma condição médica ou outro transtorno psiquiátrico, e esses sintomas causam sofrimento significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas da vida.

Considerando os sintomas, a Figura 2 apresenta a distribuição de frequências de professores que apresentaram ao menos uma resposta positiva em cada grupo de sintomas, evidenciando que o mais frequente fora o Humor Depressivo-ansioso (82,1%).

Figura 2 – Distribuição de frequência dos professores que apresentaram ao menos uma resposta positiva nos quatro grupos de sintomas (SRQ-20)



Fonte: elaborada pelas autoras com dados da pesquisa, 2021

Como observado por Lyra (2008), alguns fatores dificultam a comparação dos resultados entre as prevalências encontradas em diferentes contextos, como a diversidade de instrumentos para aferição de transtornos mentais, variados pontos de cortes adotados para o SRQ-20, diferentes populações e cenários estudados.

Nos estudos de Porto et al. (2006) houveram percepções quanto ao período de coletas, no qual ocorreu ao final do ano, onde provavelmente os docentes estavam sobrecarregados com as demandas do próprio trabalho, acrescentando-se as tensões acumuladas ao longo do ano, influenciando nos resultados observados (PORTO et al., 2006). Diferente deste estudo, que foi coletado no início do semestre letivo, onde as crianças ainda estavam em adaptação escolar e o mesmo foi abruptamente interrompido devido ao período pandêmico de Sars-Covid-19.

A Tabela 3 mostra a associação entre a prevalência de DPM com as variáveis analisadas, sendo possível perceber que houve associação significativa com a renda familiar, a percepção salarial, o tempo de sono, o acompanhamento psicológico e com o uso de psicofármacos ($p < 0,05$).

Tabela 3 – Dados sociodemográficos e associação com casos suspeitos de distúrbios psíquicos menores entre os docentes, 2020 (n=123)

VARIÁVEL	DISTÚRBIOS PSÍQUICOS MENORES		p
	Sim n(%)	Não n(%)	
Sexo			0,976
Feminino	41 (97,6)	79 (97,5)	
Masculino	1 (2,4)	2 (2,5)	
Faixa etária			0,116
Até 40 anos	27 (64,3)	40 (49,4)	

VARIÁVEL	DISTÚRBIOS PSÍQUICOS MENORES		p
	Sim n(%)	Não n(%)	
Acima de 40 anos	15 (35,7)	41 (50,6)	
Estado civil			0,417
Solteira(o)	7 (16,7)	19 (23,5)	
Casada(o)	20 (47,6)	41 (50,6)	
União estável	9 (21,4)	14 (17,3)	
Divorciada(o)/Separada(o)	6 (4,9)	5 (4,1)	
Viúva(o)	0 (0,0)	2 (2,5)	
Escolaridade			0,675
Ensino médio	1 (2,4)	0 (0,0)	
Ensino superior incompleto	3 (7,1)	5 (6,2)	
Ensino Superior	13 (31,0)	22 (27,2)	
Especialização	24 (57,1)	52 (64,2)	
Mestrado	2 (2,5)	2 (2,5)	
Filhos			0,925
Sim	34 (81,0)	65 (80,2)	
Não	8 (19,0)	16 (19,80)	
Quantidade de filhos			0,176
Nenhum	8 (19,0)	16 (19,8)	
Um filho	13 (31,0)	31 (38,3)	
Dois filhos	13 (31,0)	26 (32,1)	
Três filhos	8 (19,0)	5 (6,2)	
Quatro filhos ou mais	0 (0,0)	3 (3,7)	
Carga horária na instituição			0,390
20 horas	20 (47,2)	44 (54,3)	
30 horas	0 (0,0)	2 (2,5)	
32 horas	1 (2,4)	0 (0,0)	
40 horas ou mais	21 (50,0)	35 (43,2)	
Trabalho noturno			0,684
Sim	38 (90,5)	75 (92,6)	
Não	4 (9,5)	6 (7,4)	
Renda familiar			0,057*
Entre 1 e 3 salários mínimos	32 (76,2)	46 (56,8)	
Entre 4 e 6 salários mínimos	10 (23,8)	30 (37,0)	
Entre 7 e 10 salários mínimos	0 (0,0)	5 (6,2)	
Percepção quanto à remuneração			0,024*
Bom	8 (19,0)	30 (37,0)	
Regular	25 (59,5)	45 (55,6)	
Ruim	9 (21,4)	6 (7,4)	
Atinge 8 horas de sono			<0,001*
Sim	17 (40,5)	61 (75,3)	
Não	25 (59,5)	20 (24,7)	
Faz acompanhamento psicológico			<0,001*
Sim	11 (26,2)	9 (11,1)	
Não	15 (35,7)	61 (75,3)	
Não tenho vontade	1 (2,4)	2 (2,5)	
Não, mas gostaria	15 (35,7)	9 (11,1)	
Uso de psicofármacos			<0,001*
Sim	20 (47,6)	14 (17,3)	
Não	22 (52,4)	67 (82,7)	

Fonte: elaborada pelas autoras com dados da pesquisa, 2021. *Valor estatisticamente significativo.

Em relação à renda familiar, 76,2% dos professores que apresentaram DPM, possuíam renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos. Tendo em vista, que estes dados também demonstram a precarização e a desvalorização destes profissionais, que além de incutir um sentimento de não reconhecimento, em termos salariais, acabam levando muitos docentes a assumirem outras atividades em outras instituições (como docente ou não) para complementar a renda pessoal e/ou familiar (TIBÃES et al., 2019). Ainda de acordo com o mesmo autor, assumir jornadas extras de trabalho pode repercutir nas condições de saúde destes trabalhadores, deixando-os mais propensos ao adoecimento físico e mental.

A percepção dos profissionais a respeito da remuneração recebida também se destaca na Tabela 3, apresentando associação significativa entre a percepção e a presença de DPM ($p=0,024$). No estudo desenvolvido por Ramos et al., (2016) no qual foram entrevistados professores que atuavam nos estados do Pará, Amapá e Maranhão e que atuavam em escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, destacaram que 43% destes profissionais estão insatisfeitos com os seus salários, destacando ainda, que este aspecto foi associado pelos participantes da pesquisa ao sentimento de desvalorização da profissão e de falta de melhores políticas públicas de remuneração docente. Esta percepção também foi apontada por Tibães et al, (2019) em seus estudos, como mencionado anteriormente. Fica evidente que receber baixos salários potencializa o surgimento de DPM.

Na amostra estudada foi encontrada associação entre horas de sono atingidas (8 horas) e presença de DPM. Observa-se que entre os sujeitos que não possuem DPM, 75,3% conseguem atingir 8 horas de sono diárias. Nesse cenário, Sousa et al, (2018) afirmam que é necessário considerar que o trabalho docente e todos os processos e interações que envolvem o mesmo, mudou significativamente os padrões de sono desses profissionais e, conseqüentemente, levou ao aumento dos níveis de estresse, comprometendo a saúde e o bem-estar dos mesmos. Ainda, os autores complementam que as situações típicas das atividades laborais e o meio onde estão inseridos influenciam os hábitos de sono dos docentes, o que pode levar ao aumento dos níveis de estresse no trabalho.

Ainda considerando a questão relativa ao sono, o estudo desenvolvido por Sousa et al. (2018), investigou sobre o estresse ocupacional e a qualidade do sono em 24 docentes da área da saúde, 63,2% apresentaram baixo nível de estresse e

57,9%, baixa qualidade do sono, sendo essa mais afetada pela sonolência diurna, distúrbios do sono e duração do sono. Os autores concluíram que, quanto maior o nível de estresse ocupacional apresentado pelo docente, piora a qualidade do sono relacionada ao uso de medicações para dormir.

Embora o estudo de Sousa et al., (2018) possua amostra com características diferentes, o mesmo corrobora com os achados desta pesquisa. Além disso, nosso estudo foi realizado durante o período pandêmico, o que ratifica modificações na qualidade do sono, como Morin et al., (2020) propuseram em seu estudo, demonstrando aumento na incidência de estresse e ansiedade, atrelado a distúrbios do sono durante a pandemia de COVID-19. É importante destacar que a qualidade e a duração do sono possuem uma relação positiva com as respostas imunológicas, assim, prevenindo diversas patologias (CRUZ; MIYAZAWA; GOZAL, 2020).

É possível perceber neste estudo que apenas 26,2% dos professores que apresentaram DPM, faziam acompanhamento psicológico ($p < 0,001$). Nesse sentido, De Oliveira e Leite (2012) evidenciaram em seus estudos um expressivo número de professores, que atuavam no ensino fundamental com diagnóstico relacionado à saúde mental, que não respeitavam o horário de uso de medicamentos e que não faziam acompanhamento médico regular (Depressão 59% e Transtorno do pânico 62%). Algumas hipóteses elencadas pelos mesmos autores, referem que estas escolhas poderiam estar ligadas à sobrecarga de atividades, dificuldade de se afastar das atividades laborais para se deslocar ao médico, desinformação sobre os agravos de saúde e sua prevenção e presença de pouco autocuidado (DE OLIVEIRA; LEITE, 2012).

Outros autores sustentam a ideia de que no mundo do trabalho existe uma tendência em rejeitar o sofrimento e esse movimento contribui para discriminação, estigma e exclusão de trabalhadores, permitindo a medicalização das manifestações do sofrimento por meio da prescrição indiscriminada de antidepressivos e ansiolíticos (BRANT; MINAYO-GOMEZ, 2004).

Constatamos também a associação significativa entre uso de psicofármacos e a presença de DPM ($< 0,001$). Corroborando com os nossos achados, o estudo desenvolvido por Deffaveri, Méa e Ferreira (2020), onde participaram 200 professores da educação básica de uma cidade do norte do estado do Rio Grande do

Sul, 48,3% da rede pública e 17,2% da rede pública/privada faziam uso de psicofármacos, sendo que o antidepressivo era o mais utilizado.

Cenci (2004) afirma que a conduta dos profissionais de saúde acaba por legitimar a doença por meio do uso da medicação. Dessa forma, a medicação legitima o sofrimento, contribuindo para a aceitação social de que o depressivo é doente. Embora a adoção de medicamentos esteja muito presente na perspectiva médica tradicional, é importante que outros profissionais, como o psicólogo, façam parte do tratamento (CAVALHEIRO; TOLFO, 2011), fornecendo assim, outros meios de suporte biopsicossocial aos profissionais que se encontram nesta situação.

Ainda considerando a Tabela 3, é possível observar resultados similares ao estudo de Reis et al. (2005), que não identificou associação significativa entre a presença de DPM com a idade, escolaridade, estado conjugal e ter filhos. Entretanto, os resultados obtidos neste estudo, ratificam investigações anteriores, demonstrando um cenário de adoecimento mental entre professores da educação infantil, evidenciando questões de ansiedade, depressão e estresse. Sendo esta condição desfavorável ao desempenho profissional e às interações entre docentes e alunos, influenciando o processo de ensino-aprendizagem de escolares.

Assim como nos estudos desenvolvidos por Arantes e Lopes (2019), onde destacaram a importância de considerar algumas variáveis de risco para o adoecimento desta categoria, tais como, pertencer ao sexo feminino, atuar no nível de ensino infantil (pré-escola), possuir entre 06 e 10 anos de experiência, ter entre 20 e 29 anos, dedicar-se 30 horas semanais e atuar exclusivamente como professor.

Por fim, algumas limitações precisam ser consideradas, como o tamanho da amostra deste estudo, pois não houve adesão máxima de docentes e ao analisar outras pesquisas o percentual de profissionais com acometimento psíquico poderia ser maior. Além disso, as coletas foram realizadas durante o período pandêmico de SARS-CoV-2 (Coronavírus), dificultando o contato direto com os docentes e certamente refletiu diretamente nos resultados apresentados.

Vale destacar que as coletas foram realizadas em um período em que os docentes estavam se adaptando frente ao cenário pandêmico, o que pode ser também uma limitação do presente estudo, sendo que nesse período os docentes necessitaram buscar ferramentas para melhorar e potencializar suas competências e habilidades, dedicaram tempo para o preparo de atividades adaptadas para a realidade da comunidade escolar, o que refletiu, invariavelmente, na extensão da

jornada que dividiu espaço com o tempo de descanso, com o convívio familiar ou da realização de afazeres domésticos.

Devido a interrupção abrupta das aulas, os docentes e as crianças tiveram que adaptar-se ao novo cenário que exigiu perspicácia, criatividade e adaptação ao uso massivo de tecnologia. O uso de novas ferramentas digitais foram necessárias para (re)aproximar as famílias, crianças e docentes, e, também, facilitar o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil.

Sabe-se que os sintomas de sofrimento psíquico são transitórios e existem períodos escolares em que a carga de atividade docente aumenta e, conseqüentemente, potencializa os fatores estressantes ao professor (LYRA, 2008). Seguir proporcionando às crianças experiências que valorizem o protagonismo infantil através de instruções via grupos de WhatsApp, Google Meet ou material impresso, também pode acentuar diversos fatores estressantes neste grupo observado.

Apesar destas limitações, neste estudo há uma prevalência considerável de Distúrbios Psíquicos Menores entre os docentes da Educação Infantil da rede municipal, corroborando com outros achados na literatura.

Haja visto que existem pesquisas com docentes do ensino fundamental, médio e superior sobre essa temática, ainda são escassas aquelas com docentes do ensino infantil para que possamos analisar as peculiaridades de cada nível de ensino e compararmos aos resultados encontrados.

4 CONCLUSÃO

Evidenciou-se, com a presente investigação, que a prevalência de casos indicativos de distúrbios psíquicos menores é elevada entre os professores e que há indícios da associação dessa prevalência com algumas variáveis sociodemográficas e de saúde. Renda familiar, percepção quanto a remuneração, não atingir 8 horas de sono, não fazer acompanhamento psicológico e fazer uso de psicofármacos apresentaram relação positiva para a ocorrência de sofrimento mental. Embora somente essas variáveis tenham apresentado resultado estatisticamente significativas, existem fatores ocupacionais que não dependem exclusivamente desses profissionais e que levam à sobrecarga de atividades, estresse e dificuldades para implementar ações de autocuidado.

Os transtornos mentais ou Distúrbios Psíquicos Menores, sobretudo quadros de ansiedade e de depressão, têm sido um dos maiores responsáveis pelo afastamento de professores por conta dos problemas de saúde. A decorrência é que o adoecimento não acomete exclusivamente o profissional docente. A escola como um todo, pode contribuir diretamente no adoecimento deste profissional e também refletir negativamente nas relações interpessoais entre os demais profissionais e alunos.

Considerando-se as características e o contexto em que se insere esta categoria profissional é necessário o desenvolvimento de ações governamentais e medidas voltadas à prevenção e promoção, com características do modelo biopsicossocial, onde são considerados aspectos biológicos, mentais e sociais, visando o cuidado e o amparo em saúde mental aos docentes da educação infantil. Espera-se ainda, que esse estudo possa contribuir para um olhar sobre o trabalho docente e os processos que envolvem o adoecimento ocupacional da categoria e que sejam realizados novos estudos visando a compreensão dos motivos desta elevada prevalência e esclarecer as associações evidenciadas.

Referências

- AMERICAN Psychiatric Association. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : DSM-5, 2014.
- ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de Lira et al. Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. *Trab. Educ. Saúde*, 16(3), 1287–1300, 2018.
- ARAÚJO, Tânia Maria de; CARVALHO, Fernando Martins. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: Estudos epidemiológicos. *Educ. Soc.*, Campinas, vol 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009.
- ARANTES, Aline Evelin da Silva; LOPES, Sandra Ribeiro de Almeida. Sintomatologia depressiva em docentes e suas possíveis consequências no tocante à qualidade de vida. *Rev. Psicol Saúde e Debate*, vol 5(2):24-42, 2019.
- BALDAÇARA, Leonardo Silva et al. Sintomas psiquiátricos comuns em professores das escolas públicas de Palmas, Tocantins, Brasil. Um estudo observacional transversal. *São Paulo Medical Journal*, 133(5), 435–438, 2015.
- BATISTA, Jaqueline Brito Vidal et al. Saúde do professor do ensino fundamental: uma análise de gênero. *Cad. Saúde Colet.*, Rio de Janeiro, 17(3) : 657-674, 2009.

- BIONDO, Carla Cristina; CARDOSO, Jorge Manoel Mendes. Síndrome de Burnout: reflexões sobre o contexto de trabalho docente na educação infantil. *UNINGÁ Review*. Vol.29, n.2, pp.93-99, jan-mar, 2017.
- BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. *Psicologia e Sociedade*, (SPEC. ISS.), 103-111, 2007.
- BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(1), 213-223, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, 1996.
- CARDOSO, Jafé da Silva; NUNES, Claudio Pinto; MOURA, Juliana Silva. Adoecimento Docente: Uma breve análise da saúde de professores do município de Medeiros Neto/Ba. *Revista Teias*, 20(57), 125-140, 2019.
- CARLOTTO, Mary Sandra et al. Prevalência de afastamentos por transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho em professores. *PSI UNISC*, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p.19-32, jan./jun. 2019
- CAVALHEIRO, Gabriela; TOLFO, Suzana da Rosa. Trabalho e depressão: um estudo com profissionais afastados do ambiente laboral. *Psico-USF*, 16(2), 241-249, 2011.
- CENCI, Cláudia Mara Bosetto. Depressão e contexto de trabalho. *Aletheia*. V.19, 31-44, jan./jun. 2004
- CRUZ, Miguel Meira e; MIYAZAWA, Masaaki; GOZAL, David. Putative contributions of circadian clock and sleep in the context of SARS-CoV-2 infection. *European Respiratory Journal*, 55(6), 1-7, 2020.
- DEFFAVERI, Maiko; MÉA, Cristina Pilla Della; FERREIRA, Vinícius Renato Thomé. Sintomas de ansiedade e estresse em professores da educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 813-827, jul./set. 2020.
- DE OLIVEIRA, Leandro Romani; LEITE, José Roberto. O perfil da saúde dos educadores: evidenciando o invisível. *Retratos da Escola*, 6, 463-477, 2012.
- HUEBRA, Patrícia da Mata et al. II Jornada da Iniciação Científica da FACIG. IV Seminário Científico da FACIG. Condições de Saúde Mental e Física do Trabalhador, 1-10, 2018.
- LIMA, Maria Elizabeth Antunes. A polêmica em torno do nexos causal entre distúrbio mental e trabalho. *Psicologia em Revista*, 10(14), 82-91, 2003
- LUCCHESI, Roselma et al. Prevalência de transtorno mental comum na atenção primária. *ACTA Paulista de Enfermagem*, 27(3), 200-207, 2014.

LYRA, Gabriela Franco Dias. A relação entre professores com sofrimento psíquico e crianças escolares com problemas de comportamento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2008.

MARINHO ALVES, Ana Alexandra; RODRIGUES, Nuno Filipe Reis. Determinantes sociais e económicos da Saúde. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 28(2), 127–131, 2010.

MARTINS, Maria de Fátima Duarte et al. Educação Infantil e saúde das professoras: estudos que se aproximam ao tema. *Revista Eletrônica de Educação*, 13(2), 712–725, 2019

MONTEIRO, Janine Kieling et al. Distúrbios Psiquiátricos Menores e Fatores Associados em Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul/Brasil. *Contextos Clínicos*, 12(3), 2019.

MORIN, Charles M. et al. Sleet and circadian rhythm in response to the COVID-19 pandemic. *Canadian Journal of Public Health*, 111 : 654-657, 2020.

PORTO, Lauro Antonio et al. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. *Revista de Saúde Pública*, 40(5), 818–826, 2006.

RAMOS, Maély Ferreira Holanda et al. Satisfação no trabalho docente: Uma análise a partir do modelo social cognitivo de satisfação no trabalho e da eficácia coletiva docente. *Estudos de Psicologia*, 21(2), 179-191, 2016.

REIS, Eduardo José Farias Borges dos et al. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(5), 1480–1490, 2005.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyego Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), p. 123-139, 2016

SOUSA, Aline Rodrigues et al. Estresse ocupacional e qualidade do sono em docentes da área da saúde. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, v. 19, p. e33088, 2018.

SOUZA, Edna Maria Rodrigues de; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Adoecimento das professoras das primeiras letras em Olinda: sintomas, queixas e diagnósticos. *Educação em Revista*, 34(0), 2018.

TIBÃES, Paula Camelo et al. A relação entre trabalho e saúde mental em professores universitários substitutos. *Revista Trabalho (En)Cena*, 4(2), 430–450, 2019.

TOSTES, Maiza Vaz et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde em Debate*, 42(116), 87–99, 2018

URUGUAIANA, Prefeitura Municipal de. Lei nº 4111, Plano de carreira do magistério público municipal de Uruguaiana, 2012.

URUGUAIANA, Prefeitura Municipal de. Edital n.º ed 074/2019 - PSS 71, p.1–7, 2019.

WORLD Health Organization. Expert Committee on Mental Health. Organization of mental health services in developing countries: sixteenth report of the WHO Expert Committee on Mental Health. Geneva: World Health Organization, 1975.

WORLD Health Organization. ICD-11 implementation or transition guide. Geneva: WHO. License: CC BY-NC-SA 3.0 IGO, 2019.

5.2 Manuscrito 2

Saúde mental na percepção dos docentes que atuam na Educação Infantil

Mental health in the perception of teachers who in Early Childhood Education

La salud mental em la percepción del professorado que trabaja em Educación Infantil

RESUMO

Este estudo teve por objetivo conhecer a percepção dos docentes que atuam na educação infantil da rede municipal de Uruguaiana/RS sobre saúde mental e as relações com os processos de ensino-aprendizagem. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário *online*. Participaram 123 docentes e o conceito de saúde mental para a maioria, está relacionado a ter qualidade vida, bem-estar, equilíbrio e aos aspectos emocionais do indivíduo. 86,2% acreditam que o estado da sua saúde mental pode refletir no ensino dos alunos da educação infantil, que as condições de trabalho e as relações interpessoais são fatores a serem considerados e para tanto, compreendem que ter sintomatologia para transtornos mentais e desequilíbrio emocional podem repercutir nos processos de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, são necessárias ações locais que visem melhorias das condições de trabalho, bem como, ações educativas para fortalecer as relações interpessoais.

Palavras-chave: Saúde Mental; Condições de Trabalho; Docência; Educação Infantil.

ABSTRACT

This study aimed to understand the perception of teachers who work in early childhood education in the municipal network of Uruguaiana/RS about mental health and the relationship with the teaching-learning processes. This is a descriptive study with a qualitative approach. Data collection was performed through an online questionnaire. 123 professors participated and the concept of mental health for the majority is related to having quality of life, well-being, balance and emotional aspects of the individual. 86.2% believe that the state of their mental health can reflect in the teaching of early childhood education students, that working conditions and interpersonal relationships are factors to be considered and, therefore, they understand that having symptoms for mental disorders and emotional imbalance can have repercussions on teaching-learning processes. In this sense, local actions aimed at improving working conditions are needed, as well as educational actions to strengthen interpersonal relationships.

Keywords: *Mental Health; Work conditions; Teaching; Child education.*

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo comprender la percepción de los docentes que trabajan en educación infantil en la red municipal de Uruguaiana / RS sobre la salud mental y la relación con los procesos de enseñanza-aprendizaje. Se trata de un estudio descriptivo con enfoque cualitativo. La recolección de datos se realizó a través de un cuestionario en línea. Participaron 123 profesores y el concepto de salud mental para la mayoría se relaciona con tener calidad de vida, bienestar, equilibrio y aspectos emocionales del individuo. El 86,2% cree que el estado de su salud mental puede reflejarse en la enseñanza de los estudiantes de educación infantil, que las condiciones laborales y las relaciones interpersonales son factores a considerar y, por tanto, entienden que tener síntomas de trastornos mentales y desequilibrio emocional puede tener repercusiones sobre los procesos de enseñanza-aprendizaje. En este sentido, se necesitan acciones locales dirigidas a mejorar las condiciones laborales, así como acciones educativas para fortalecer las relaciones interpersonales.

Palabra clave: *Salud mental; Condiciones de trabajo; Enseñando; Educación Infantil.*

Introdução

A saúde mental pode ser definida como “um estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para sua comunidade (WHO, 2018). É importante considerar que inúmeros fatores podem ser associados aos transtornos mentais, como a pobreza, o sexo, a idade, os conflitos e desastres, a presença de doenças físicas e o ambiente familiar e social (SANTOS; KASSOUF, 2007).

Em 2001 era pressuposto que 450 milhões de pessoas possuíam algum transtorno mental; em 2019 apenas uma doença, a depressão, atinge cerca de 264 milhões de pessoas no mundo (SANTOS; KASSOUF, 2007; WHO, 2019). No Brasil, 18,6 milhões de pessoas apresentam transtorno de ansiedade, e 11,5 milhões, transtornos depressivos, o que corresponde, respectivamente, a 9,3% e 5,8% da população brasileira (WHO, 2017).

Em países desenvolvidos como a Alemanha, os docentes estão entre os servidores que mais abandonam a profissão (TOSTES et al., 2018). E no Brasil, segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, foram registrados mais de 576 mil afastamentos, uma alta de 26% em relação a 2019. No caso do auxílio-doença, os afastamentos por motivos como depressão e ansiedade registraram a maior alta entre as principais doenças indicadas como razão para o

pedido do benefício. O número de concessões passou de 213,2 mil, em 2019, para 285,2 mil, em 2020, com aumento de 33,7% (RIO GRANDE DO SUL. TRT 4ª, 2021)

A ligação entre adoecimento psíquico e trabalho, tem ganhado visibilidade, visto que o ambiente social é um dos fatores associados ao aparecimento de transtornos mentais (JACQUES, 2007; SANTOS; KASSOUF, 2007). É comprovado que a docência é umas das profissões mais estressantes atualmente, com demonstrativos na saúde mental, destes sintomas, podemos destacar estresse, ansiedade, mudança de humor, mal-estar, fadiga e desânimo (DIHEL; MARIN, 2016; ALEXANDRE et al., 2020). Diversos estudos evidenciam uma alta prevalência de transtornos mentais em docentes, que afetam de forma significativa sua qualidade de vida e o processo de ensino-aprendizagem de escolares (DIHEL; MARIN, 2016; TOSTES et al., 2018; LYRA et al., 2009; PEREIRA; TEIXEIRA; LOPES, 2013; MONTEIRO et al., 2019).

Fatores como sobrecarga de trabalho, baixa remuneração e desvalorização social, somado a relações interpessoais de baixa qualidade, falta de estrutura, suporte e motivação das instituições escolares estão presentes no cotidiano da vida profissional dos docentes (DIHEL; MARIN, 2016; TOSTES et al., 2018; MONTEIRO et al., 2019; ALEXANDRE et al., 2020). Com a alta exigência de demanda e a sua importância, qualquer patologia ou sintoma que tenha consequência na saúde mental, reflete na capacidade do professor de ser produtivo (DIHEL; MARIN, 2016). E ao observar o cenário da educação infantil, o profissional tem como responsabilidade cuidar e educar seus alunos, no entanto, a sala de aula é regularmente confundida como ambiente familiar, e apesar das requisições de qualificação específica para atuar, esses profissionais são facilmente remetidos a figura de babá (MARTINS et al., 2014), intensificando a sobrecarga nestes profissionais.

Somado ao atual momento em que presenciamos, com a pandemia do vírus do COVID-19, o distanciamento social, a quarentena e o isolamento, que possuem sua importância para conter a contaminação, no entanto, trazem impactos negativos na saúde mental (FARO et al., 2020; ORNELL et al., 2020). Estudos mostram que sintomas como irritabilidade, raiva e mudança de humor, em conjunto com medo, insônia e estresse estão presentes pelo menos em um terço da população, transmitindo uma nova perspectiva da saúde mental dos professores (BROOKS, 2020; LIMA, 2020).

A presença de Doenças Psíquicas Menores é de 44% em professores do ensino infantil, e segundo Vieira et al., (2010), o afastamento por saúde mental foi o principal motivo das solicitações por parte destes profissionais, resultante da sobrecarga de responsabilidades; baixa autonomia; desvalorização profissional e a baixa qualidade do ambiente de trabalho (TOSTES et al., 2018; MARTINS et al., 2014; VIEIRA et. al, 2010; MONTEIRO et al., 2019).

Considerando todas as peculiaridades da educação infantil e os processos envolvidos neste nível de ensino, é notável a sua importância, bem como, o cuidado com o bem-estar dos docentes. Contudo, visto a alta significância e a escassez de literatura sobre tal nível de ensino, afirmação esta é baseada nos levantamentos realizados entre os meses de junho e julho de 2021 nas bases de dados *Scielo*, Periódicos da CAPES e Portal Regional da BVS, sobre pesquisas desenvolvidas no período de 2017 a 2021, por meio dos unitermos “saúde mental”, “professor(es)”, “docente(s)” e “educação infantil”, este artigo tem como objetivo conhecer a percepção dos docentes que atuam na Educação Infantil da rede municipal de Uruguaiana/RS sobre saúde mental e as relações com o processo de ensino-aprendizagem.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa e que foi realizado com docentes da Educação Infantil do município de Uruguaiana/RS. Para efetivação da pesquisa, foram seguidas as observâncias éticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, tendo a pesquisa sido aprovada pelo Comitê de ética da instituição dos pesquisadores sob o parecer nº 32908620.5.0000.5323.

Atuam nas escolas que possuem a etapa da Educação Infantil 236 professores, estes estão distribuídos em 23 escolas (16 específicas de educação infantil e de 7 de educação básica), sendo que todos, independentemente do modo de contratação ou tempo de trabalho, foram convidados a participar da pesquisa, por meio de redes sociais, e-mail e demais espaços de comunicação digital utilizados pelas escolas, sendo utilizado como critério de inclusão apenas o fato de ser professor(a) atuante na Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Os participantes responderam um questionário socioeconômico *online* e as seguintes questões: a) “O que você entende por saúde mental?”; b) “O que influencia o seu estado emocional/mental?”; e c) “Você acredita que o seu estado de saúde mental pode afetar o ensino dos seus alunos? De que forma?”.

Após a seleção amostral, os sujeitos que estavam afastados das suas atividades da instituição durante o período de coleta de dados foram excluídos da pesquisa. A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e maio de 2020 no início do período pandêmico de SARS-CoV-2 (Coronavírus). Neste período as aulas estavam temporariamente suspensas e ainda não havia iniciado as atividades remotas. A aplicação do questionário foi realizada por meio do *Google Forms* criada exclusivamente para este fim e os participantes puderam responder às questões em qualquer horário que fosse conveniente aos mesmos. As informações coletadas foram devidamente registradas em um formulário pré-codificado, contemplando questões inerentes ao objetivo do estudo.

Os dados coletados foram analisados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Esta metodologia é fundamentada na análise categorial, com desmembramento das respostas em categorias. Os dados passaram por um crivo de classificação, segundo a frequência de presença ou ausência de itens de sentido. A análise de conteúdo foi realizada em três etapas: a) A pré-análise; b) Exploração dos dados; c) Tratamento dos resultados (BARDIN, 2011).

Na pré-análise, efetuou-se a organização dos dados e a leitura flutuante, sendo que nesta emergiram 36 unidades de sentido nas categorias iniciais da primeira questão, 43 unidades na segunda e 35 na última questão. Após, essas categorias foram classificadas conforme seus atributos e similaridades em categorias finais. Nesse sentido, no tratamento dos resultados, desenvolveu-se a tabulação e interpretação, de modo que as informações coletadas foram analisadas em diálogo com a literatura científica (BARDIN, 2016). As categorias finais e as definições das mesmas estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1. Categorias finais e definições para as questões coletadas.

“O que você entende por saúde mental?”	
Categoria Final	Definição
É ter qualidade de vida e bem-estar	Está associado à autoestima e ao bem-estar pessoal e compreende vários aspectos, como o nível socioeconômico, a interação social, o autocuidado, os valores culturais, hábitos saudáveis, o estilo de vida, entre outros.
É o comportamento frente as diferentes situações	Está relacionado a mudanças de comportamentos, indiferença, ou seja, quando a pessoa já não tem mais o mesmo

	interesse pela rotina e pelas atividades que antes praticava, passou a ter hábitos diferentes, entre outros.
É ter problemas de saúde mental	Está associado às questões de ansiedade, depressão, síndrome do pânico, perturbações psicóticas, entre outras.
É ter equilíbrio em diferentes áreas da vida	É a capacidade de manter o controle mental em meio aos desafios e mudanças que podem acontecer em todas as áreas da vida, seja a pessoal, profissional, social, amorosa ou familiar.
É conseguir ser produtivo para a sua comunidade	Relacionado a ter disposição para o trabalho, produtividade, colaborar com a comunidade, ser proativo.
“O que influencia o seu estado emocional/mental?”	
Remuneração e Desvalorização Profissional	São aspectos envolvendo remuneração, desvalorização social/profissional e falta de reconhecimento.
Condições de trabalho	É qualquer tipo de consequência negativa que o trabalhador pode sofrer por causa de algo em seu ambiente de trabalho, como as questões administrativas e hierárquicas (gestão), o ambiente e as condições de trabalho (físico).
Relações interpessoais	Diz respeito à interação entre pessoas, podendo se dar no meio profissional, pessoal ou familiar.
Características pessoais e sociais	São aspectos pessoais envolvendo atitudes, percepções e crenças, hábitos de vida e falta de empatia.
Falta de apoio familiar e administrativo	Está relacionado com os recursos que outras pessoas, como os amigos, familiares ou gestores, podem disponibilizar em situações de necessidade.
Prática docente	Está relacionado aos saberes especificamente desenvolvidos no exercício da docência e na prática profissional, fundamentados e validados pela experiência dos professores, no seu meio e no dia-a-dia.
Comportamento e bem-estar da criança	São considerados aspectos biológicos, psicológicos e sociais.
Saúde mental/emocional	Está relacionada à forma como o indivíduo reage às exigências da vida e ao modo como harmoniza seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções.
“Você acredita que o seu estado de saúde mental pode afetar o ensino dos seus alunos? De que forma?”	

Percepção, estado emocional e comportamental da criança	Está relacionado a percepção das crianças em relação a saúde mental docente e a forma como ela reage frente a essas situações.
Relações interpessoais	Diz respeito à interação entre pessoas, podendo se dar no meio profissional, pessoal ou familiar.
Sintomas de transtornos mentais	É uma disfunção da atividade cerebral que pode afetar o humor, o comportamento, o raciocínio, a forma de aprendizado e maneira de se comunicar de um indivíduo.
Desequilíbrio emocional	Pode ser definido como alterações de humor, perdendo o equilíbrio facilmente na presença de situações ruins ou inesperadas.
Alteração no comportamento	Está relacionado a mudanças de comportamentos, ou seja, quando a pessoa já não tem mais o mesmo interesse pela rotina e pelas atividades que antes praticava, passou a ter hábitos diferentes, entre outros.
Bem-estar	Está relacionado com a capacidade de uma pessoa suprir as suas necessidades e se satisfazer com a vida.
Aspectos relacionados à sobrecarga de trabalho	É caracterizada pelo acúmulo de fatores que, direta ou indiretamente, prejudicam a saúde física e mental do profissional.
Deficiência no processo de ensino/aprendizagem	É definido como um sistema de trocas de informações entre docentes e alunos, que deve ser pautado na objetividade daquilo que há necessidade que o aluno aprenda.
Exigências da Educação Infantil	São aspectos específicos da área da Educação Infantil que exigem habilidades diferentes dos docentes.

Fonte: elaboração própria

É importante ressaltar ainda, que a resposta de um mesmo docente pode ter sido categorizada em diferentes categorias finais. Nesse sentido, buscamos dialogar com a teoria estudada e as falas dos sujeitos participantes, que constitui aqui um recorte da pesquisa realizada. Por isso, para realizar nossas análises, denominamos os sujeitos a partir de um código numérico (P1, P2...). Isso posto, a seção a seguir expõe as características levantadas dos participantes com o formulário eletrônico e, em seguida, traz as categorias de análise do material dos questionários em seus subtópicos.

Resultados e Discussão

A dimensão qualitativa do estudo problematizou a especificidade do trabalho dos docentes, explorando os sentidos e os significados que circulam em seus discursos sobre saúde mental e sua atuação nesse nível de escolaridade. Nesse contexto, participaram do estudo 123 docentes, dos quais a maioria eram mulheres (97,6%) que estavam na faixa etária de até 40 anos (54,5%). Foi possível identificar que 49,6% eram casados, 80,5% possuem filhos, 20% possui como carga horária de trabalho 20 horas semanais e 63,4% possui renda mensal entre 1 e 3 salários. Verificou-se também que 86,2% (n=106) eram professores Regentes de Sala (Pedagogia ou Curso Normal), 3,3% (n=04) de Espanhol e 10,5% (n=13) de Educação Física, sendo que 75,6% eram concursados.

A partir dos eixos que conduziram os questionários e análise das respostas produzidas pelos docentes, emergiram diferentes categorias que serão apresentadas e discutidas em três subtópicos, considerando as questões que foram realizadas aos participantes.

Percepção dos docentes sobre saúde mental

A partir da análise dos dados coletados na questão “O que você entende por saúde mental?” foram encontradas diferentes categorias, as quais serão descritas na Tabela 1 e exemplificadas com extratos das falas dos docentes. É importante ressaltar que foram selecionados os fragmentos de discursos mais significativos, os quais originaram as categorias e fizeram-se importantes para a redação deste artigo.

Tabela 1. Entendimento dos professores sobre saúde mental (n=123).

Categorias Finais	%
É saber equilibrar diferentes áreas da vida pessoal e profissional	48,8
É ter qualidade de vida e bem-estar	48,8
É ter problemas de saúde mental	3,3
É o estado emocional/mental do indivíduo	78,0
É conseguir ser produtivo para a sua comunidade	4,0

Fonte: elaboração própria

A análise da Tabela 1 permite identificar que 48,8% dos participantes compreendem que o conceito de saúde mental está relacionado a ter equilíbrio, e este se reflete em diferentes áreas da vida dos sujeitos, tanto pessoal quanto profissional, como demonstram os extratos a seguir:

“Entendo que é conseguir manter o equilíbrio com relação às emoções e as situações que vivenciamos diariamente, tanto na vida social como profissional”. P7 (SIC);

“É ter equilíbrio mental, de suas ações, atitudes e percepções pessoais e quanto ao teu próximo, é saber lidar com as emoções e com as situações do dia a dia, tanto na vida pessoal quanto profissional”. P11 (SIC).

O equilíbrio referido pelos entrevistados está relacionado à própria percepção, autoconhecimento e controle dos sentimentos e emoções. Assim, o desequilíbrio emocional pode causar interferência na vida profissional, seja pelo acúmulo de sentimentos negativos, ou pelo aparecimento de patologias decorrentes deste, que influenciam negativamente a docência, e por esse motivo, este se torna tão importante para a vida profissional do docente (SILVA; ARAÚJO; DUTRA, 2020).

Vale destacar que a Organização Mundial da Saúde (2018) define saúde mental como “um estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para sua comunidade” e nessa perspectiva, ao se observar a Tabela 1, percebe-se que 48,8% dos participantes compreendem que o conceito de saúde mental está relacionado a ter qualidade de vida e bem-estar.

A saúde mental do trabalhador envolve um conjunto de fatores complexos, que também são determinantes para a qualidade de vida, tais como, condições adequadas de alimentação, moradia, educação, transporte, lazer e acesso a bens e serviços essenciais (MOREIRA; RODRIGUES, 2018). Nessa perspectiva, Caeran e Dias (2015) ressaltam que a saúde mental está para além da ausência de transtorno mental, sendo definida como um estado de bem-estar no qual o indivíduo consegue exercer seu potencial, lidar com o estresse normal da vida, trabalhar e exercer a vida social. Limitar a saúde mental à presença de problemas ou sintomatologia psiquiátrica parece demonstrar que o diagnóstico pode impedir um indivíduo de ter algum grau de saúde mental, bem-estar ou qualidade de vida (FOUCAULT, 2012; AMARANTE, 2013).

As percepções dos docentes apontaram também, que saúde mental é o estado emocional do indivíduo, destes 78% concordam com este conceito, e para tanto o mesmo deve demonstrar autocontrole, ter bons pensamentos, motivação, não ter preocupações, ter controle emocional e cognitivo. Os trechos que seguem demonstram esta percepção:

“Ter controle das emoções em diversas situações do cotidiano”. P37 (SIC);

“Ter saúde mental é conseguir relacionar as ideias, emoções e estar bem com os outros e comigo”. P62 (SIC);

“Estado emocional em que o indivíduo se encontra, relacionado a reação e harmonia de nossas ações diárias com os outros e consigo mesma. P112 (SIC).

Corroborando com esses achados, Ferreira (2014) preconiza que o estado emocional e psíquico possui relação direta com o desenvolvimento profissional e com a carreira profissional docente. As desilusões com relação à docência podem levar o professor ao adoecimento, afastamento e a desistência da carreira, o que pode provocar impactos negativos para a vida pessoal do professor, desenvolvimento de seu trabalho em sala de aula e na qualidade do ensino ofertado (FERREIRA, 2014; MOURA, 2020).

Dessa forma, os problemas de saúde mental surgem devido a inúmeros fatores internos ou externos ao trabalho e um gerenciamento ineficaz pode comprometer a produtividade, as perspectivas de carreiras e a saúde mental dos profissionais (DELOITTE, 2017). O mesmo ressalta ainda, que baixos níveis de bem-estar podem afetar negativamente a produtividade, impactando de forma significativa a saúde geral dos envolvidos.

Nesse sentido, Silva, Araújo e Dutra (2020) corroboram que para lidar em relacionamentos é necessário saber lidar com as emoções dos outros, e para agir de forma coerente, é preciso saber lidar com os próprios sentimentos. Ser docente é conviver e relacionar-se com pessoas diariamente, seja alunos ou pais. Segundo Coelho e Ribeiro (2016), o comportamento dos alunos está entre as principais fontes de estresse no meio docente, por isso, é necessário saber reagir às diferentes situações comuns presentes neste ambiente.

Ao observar os fragmentos destes profissionais, percebe-se que a fala é construída a partir de suas vivências. Tais profissionais verbalizaram sobre o conceito em sua maioria, dando ênfase ao equilíbrio, bem-estar, comportamento dos indivíduos e aos aspectos emocionais.

Percepções em relação aos fatores que impactam na saúde mental docente

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação recebeu um maior destaque, tornando-se direito de todos, ampliando também, as diversas formas de ofertas educacionais, por exemplo, colocando o docente como o principal ator frente às demandas que surgiram, como o cumprimento de diretrizes, objetivos, metas e estratégias visando a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis. Leite e Souza (2007) reconhecem a relevância destas demandas para o desenvolvimento social, porém, ressaltam que estes aspectos acabam por desgastar e sobrecarregar o docente.

Nos últimos anos, especialmente no campo da educação têm-se evidenciado um crescimento em relação ao número de agravos relacionados à saúde dos docentes, os quais acabam por acarretar prejuízos na saúde física e mental destes profissionais, impactando de forma negativa em seu desempenho laboral (CRUZ; LEMOS, 2005; REIS et al., 2006; DIEHL; MARIN, 2016).

Nesse sentido, ao debruçarmos sobre os fatores que influenciam a saúde mental docente, encontramos alguns apontamentos sobre o tema, Diehl e Marin (2016, p. 79) referem que a presença de fatores, tais como, falta de reconhecimento, organização do trabalho, problemas comportamentais dos alunos, pouco acompanhamento familiar e deficiências no ambiente físico, podem influenciar negativamente a saúde mental, aspectos estes são comuns nos diferentes níveis de ensino e podem levar ao sofrimento psíquico. A Tabela 2 demonstra as percepções dos participantes, contribuindo com os achados de Diehl e Marin (2016).

A percepção dos professores sobre o que influencia a saúde mental dos mesmos, a partir da questão “O que influencia o seu estado emocional/mental?” obteve a resposta de 106 participantes, sendo possível perceber que as condições de trabalho foram apontadas por 80,9% dos avaliados. Para esta perspectiva foram considerados aspectos como sobrecarga, processos de trabalho, a falta de recursos humanos e de materiais, a quantidade de aulas ministradas, excesso e rigor de cobranças, o ambiente de trabalho, barulho, quantidade de turmas e alunos, as relações hierárquicas, a falta de democracia nas tomadas de decisões e assédio moral, estes acabam por impactar nos processos de adoecimento mental destes profissionais.

De encontro a este estudo, Moreira e Rodrigues (2019) identificaram 313 docentes afastados, 50% foi por transtornos mentais e comportamentais, sendo que aproximadamente destes, 24% por diagnóstico de depressão. Ainda, estudos anteriores, como o desenvolvido por Batista, Carlotto e Moreira (2013) encontraram 50% de afastamentos e no de Costa e Germano (2007) identificaram 20%, sendo a depressão a doença mais frequente. Nesse sentido, ao analisar a saúde ocupacional dos docentes pesquisados, assim como nos estudos apontados, mesmo que tenham sido realizados com professores do ensino fundamental, é possível identificar em ambos, que as características e a organização do trabalho, expõe um sistema gerador de patologias, como o principal causador de adoecimento por transtornos mentais.

Os relatos de professores a seguir, sugerem inúmeros problemas que poderiam ocasionar sofrimento e gerar adoecimento, impactando sua saúde mental:

“Trabalhamos com bastante cobranças, a educação infantil vem mudando muito nos últimos anos, nunca nos sentimos preparadas para o grande desafio que é ser educador nesta sociedade atual. P3 (SIC);

“O ambiente organizacional, as cobranças exageradas, comparações, muitas atividades ao mesmo tempo, estresse”. P19 (SIC);

“[...] Gestores que não conhecem o nosso dia-a-dia, exigindo algo que não faz parte da realidade”. P30 (SIC);

“A quantidade de turmas, aulas, alunos. P32 (SIC).

Tabela 2 – Autopercepção dos professores sobre o que influencia o estado emocional/mental. (n=106)

Categorias Finais	%
Remuneração e desvalorização profissional	25,5
Condições de trabalho	80,9
Relações interpessoais	52,8
Características pessoais e sociais	17,0
Falta de apoio familiar e administrativo	22,6
Prática docente	4,7
Comportamento e o bem-estar da criança	9,4
Saúde mental/emocional	8,5

Fonte: Elaboração própria

“A maioria das vezes fico sozinha sem auxiliar, isso acaba me desgastando. Ficar em sala de aula 8h por dia, sem muitas vezes conseguir ir ao banheiro, respirar e atender 17 crianças com faixa etária de 3 a 4 anos é exaustivo”. P14 (SIC);

“Falta de condições de trabalho mais adequadas, fragilidade do vínculo de trabalho, sobrecarga de trabalho em alguns momentos, estruturação das atividades realizadas por um planejamento superior que busca resultados inatingíveis, falta de um real entendimento da importância da área que atuo dentro da faixa etária trabalhada e não somente como uma manobra de resolver um problema organizacional que era o horário de planejamento das professoras regentes de sala...” P35 (SIC);

No que tange a sobrecarga, acúmulo e conflito de funções vivenciadas pelos docentes e sua relação com o adoecimento mental, Carlotto (2002) refere que o professor assume muitas funções e que o mesmo precisa saber lidar com aspectos sociais e emocionais de alunos e demais indivíduos envolvidos no contexto escolar. Esses fatores podem prejudicar o desempenho do profissional em seu ambiente de trabalho, resultando assim um desgaste do mesmo, por afetar negativamente na saúde mental e conseqüentemente, uma piora na qualidade do ensino transmitido. (TOSTES et al., 2018; MOREIRA; RODRIGUES, 2018). Este estudo corrobora com as conclusões desses autores ao trazer as condições de trabalho como um fator importante entre os docentes, podendo constituir elemento favorável ao adoecimento.

Esses resultados vão ao encontro dos apresentados por Moreira e Rodrigues (2018), que apontam que as falhas das condições estruturais no ambiente de trabalho estão entre um dos principais pontos que afetam o ensino. Apesar da escassez de estrutura, suporte e motivação estar presente nesse ambiente, a sua prevalência atinge negativamente a saúde mental dos docentes, e está relacionado, também, aos altos afastamentos dos professores. (DIHEL; MARIN, 2016; TOSTES et al., 2018; MONTEIRO et al., 2019; ALEXANDRE et al., 2020; VIEIRA et. al, 2010).

Considerando os fatores apontados na literatura e após analisar as respostas dos participantes desta pesquisa, as percepções dos docentes que atuam na educação infantil reforçam o que já tem sido demonstrado em outras pesquisas, 86,2% (n=106) acreditam que existem fatores que podem influenciar a sua saúde mental e podem ser observados na Tabela 2, destes 25,5% referem à remuneração e a desvalorização profissional fatores importantes.

As relações interpessoais interferem diretamente na saúde mental docente, e este fator foi ressaltado por 52,8% dos participantes. Para tanto, os docentes consideram que as relações entre professor-professor, professor-gestão, professor-família algumas vezes se tornam frágeis e desgastadas por diversos motivos, assim como, os comportamentos negativos produzidos pelos docentes e pela própria gestão da escola, prejudicando a boa convivência e a harmonia nestes espaços de trocas.

De acordo com Antunes (2014, p. 9), as relações interpessoais são “[...] o conjunto de procedimentos que, facilitando a comunicação e as linguagens, estabelece laços sólidos nas relações humanas”. Para o autor, as relações interpessoais têm bases emocionais e psicopedagógicas e podem criar um clima favorável na escola, ou não (BAIA; MACHADO, 2021).

Oliveira e Santos (2021) sugerem que os professores percebem o trabalho como um fator influenciador para o seu adoecimento mental, na medida em que pode afetar nas relações interpessoais, e ser fonte geradora de estresse e ansiedade. Para tanto, destacamos alguns trechos que ressaltam as relações interpessoais:

“Trabalhar com pessoas de opiniões divergentes sempre gera conflitos”. P16 (SIC);

“Certas atitudes de colegas, às vezes os pais acabam mexendo com nossa estrutura emocional, com nosso equilíbrio, e ficamos nervosos sim, saímos do eixo, somos humanos”. P20 (SIC);

“O comportamento de minhas colegas, fazendo fofocas e disseminando intrigas. Sempre minimizam o bom trabalho das colegas. Algumas agem com hipocrisia e dissimulações”. P55 (SIC).

As características pessoais e sociais, relacionadas a falta de empatia, hábitos de vida, atitudes, percepções e crenças foram citadas por 17% dos participantes. Estes aspectos podem provocar instabilidade emocional, levando ao sofrimento. Assim como a falta de apoio por parte das famílias dos alunos, da parte diretiva, dos demais profissionais da escola e também da gestão a nível de secretaria (mantenedora), a qual foi ressaltada por 22,6% dos docentes.

Influência do estado de saúde mental do docente no ensino dos alunos

O estado emocional dos docentes pode ser influenciável por diversos aspectos como já foram apontados na seção anterior deste artigo, nesse sentido é importante

compreender também a percepção destes profissionais sob quais aspectos a sua saúde mental pode impactar o ensino das crianças. A Tabela 3 apresenta as categorias que representam as suas percepções, considerando as respostas em relação às questões “Você acredita que o seu estado de saúde mental pode afetar o ensino dos seus alunos? De que forma?”

Tabela 3 – Percepções dos professores sobre como o estado de saúde mental por afetar o ensino dos alunos (n=123).

Categorias Finais	%
Percepção, estado emocional e comportamental das crianças	8,1
Relações interpessoais	9,7
Sintomas de transtornos mentais	17,9
Desequilíbrio emocional	50,4
Alteração no comportamento	6,5
Bem-estar	2,4
Deficiência no processo de ensino/aprendizagem	3,3
Exigências da Educação Infantil	9,7

Fonte: Elaboração própria

Entre os participantes, 50,4% acredita que o ensino pode ser comprometido devido ao desequilíbrio emocional apresentado pelo docente, aspectos como a variação de humor, falta de atenção, de paciência, irritabilidade, o desinteresse, a desmotivação e a alteração na capacidade emocional foram citadas. Para tanto, destacamos os seguintes trechos para ilustrar:

“Não tendo condições psicológicas e estabilidade emocional é impossível proporcionar ao meu aluno capacidade de ensino aprendizagem. A efetividade se torna algo impossível de fluir. Preciso estar em condições emocionais para atender meu aluno”. P121 (SIC);

“Um profissional que não consegue o equilíbrio em todos os setores da sua saúde certamente encontrará dificuldades em trabalhar na sua área, principalmente na área da educação que interfere no cognitivo”. P115 (SIC)

É compreensível que o trabalho docente exige muito do profissional. Silva, Araújo e Dutra (2020) ressaltam que são diversos os fatores que podem interferir no emocional do profissional, e estes fatores geram angústias, estresses e um conjunto de outros sentimentos que lhe causam desequilíbrio emocional. Desta forma, o estado mental do docente pode contribuir para as mudanças comportamentais dos mesmos,

quando negativas é extremamente prejudicial à autoestima da criança, podendo prejudicar seu desempenho escolar e, possivelmente, na vida, sendo esses fatos reforçados nos seguintes trechos de falas dos professores:

“[...] No momento que não estamos bem, refletimos isto em nossas ações desta forma, quem precisa de cuidados de saúde não tem condições de cuidar, especialmente de crianças na educação infantil, onde um dos pilares é o cuidar”. P3 (SIC);

“Pois o meu estado emocional influencia minha percepção e comportamento. Na maioria das vezes consigo minimizar o efeito, me dedicando às crianças. Mas me afeta. Fico desestimulada e algumas vezes irritada com as pessoas que provocaram isso”. P55 (SIC).

É importante pontuar ainda, que estes aspectos impactam na saúde mental docente e podem dificultar os processos de ensino-aprendizagem, sendo que Gomes (2018) corrobora com os nossos achados, quando aponta outros exemplos de comportamentos negativos produzidos por estes profissionais, como não dar atenção ao aluno ou demonstrar indiferença; ser injusto, ser impaciente ou intolerante; não ter pulso, sendo permissivo com os alunos indisciplinados; não dialogar e elevar o tom de voz por exemplo.

Myers (2012) já apontava em seus estudos que

Todos nós ficamos ansiosos, deprimidos, desconfiados, por algum tempo, porém, comportamentos atípicos, são caracterizados como uma desadaptação, em forma de comportamentos angustiantes ou incapacitantes, levando a pessoa ao sofrimento ou morte. Neste sentido, a vulnerabilidade do trabalhador, pode ser influenciada pelos efeitos ambientais aos quais está exposto no seu processo de trabalho, podendo, a longo prazo, desenvolver alguns distúrbios, como a depressão e os transtornos de ansiedade influenciados por predisposições genéticas, estados fisiológicos, psicológicos e situações sociais (MYERS, 2012).

O ensino infantil pode ser prejudicado ainda, de acordo com a percepção dos docentes, pelos sintomas apresentados e relacionados aos transtornos mentais caso os tenham, do quais 17,9% dos participantes citaram a falta de equilíbrio, ansiedade, angústia, cansaço, estresse, entre outros. O trecho a seguir demonstra esta percepção:

“Se a pessoa está adoecida mentalmente é possível que isso se reflita no trabalho dela. A professora estando com problemas de saúde mental não vai conseguir dar a devida atenção às crianças e não conseguirá realizar a escuta

adequadamente de o que a criança necessita para seu desenvolvimento integral. Assim podendo refletir no ensino das crianças”. P36 (SIC);

Em um levantamento realizado pelo Sindicato de Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-SINDICATO, 2018) a ocorrência de transtornos mentais e comportamentais em profissionais da Educação é cada vez maior, sendo as alterações no sono, ansiedade e depressão as queixas mais comuns. Da mesma forma, Tostes et al. (2018) em seu estudo, puderam observar a associação entre a precarização das condições de trabalho e o sofrimento mental (depressão, ansiedade e Distúrbios Psiquiátricos Menores). Esse tipo de adoecimento tem relação com as condições estruturais das escolas, o acúmulo de trabalho, o aumento da carga horária, perseguições políticas, assédio, violência, desvalorização salarial e da carreira, que acaba gerando sentimentos de angústia e desesperança nesses professores, que sofrem e adoecem como consequência (APP-SINDICATO, 2018; MOURA, 2020)

A percepção, o estado emocional e comportamental das crianças pode receber influência do estado mental do docente, 8,1% acreditam que as crianças são sensíveis e conseguem perceber se o docente não está bem, se está irritado, chateado, entre outros. Esta percepção é observada no trecho selecionado:

“No momento em que eu não estiver no equilíbrio mental, posso repassar toda a carga negativa aos alunos e isso prejudicar a sua aprendizagem e a sua formação como pessoa”. P90 (SIC).

Quando o bem-estar docente é afetado, as contribuições que os mesmos fariam aos seus alunos ficam comprometidas, apenas 2,4% dos participantes apontaram este aspecto e 3,2% acreditam que seu estado mental pode contribuir para a deficiência dos processos de ensino-aprendizagem, bem como, comprometer o desempenho escolar dos alunos. O trecho a seguir apresenta esta percepção: *“Não tendo condições psicológicas e estabilidade emocional é impossível proporcionar ao meu aluno capacidade de ensino aprendizagem. A efetividade se torna algo impossível de fluir. Preciso estar em condições emocionais para atender meu aluno”. P120 (SIC).*

A educação infantil demanda atenção e cuidados específicos, considerando o perfil do público atendido, 9,7% dos participantes acreditam que estas demandas influenciam o estado mental do docente e por consequência irá refletir na aprendizagem dos alunos. O trabalho do docente de educação infantil entrelaça a tarefa de educar, com o cuidado parental e a introdução de valores morais, estando

presente a dificuldade em dissociá-los (BIONDO; CARDOSO, 2017). Biondo e Cardoso (2017) dão ênfase ao cuidado, pois ele exige tensão emocional, atenção, dedicação e entrega. Assim, o trabalhador se envolve afetivamente, e por um lado se desgasta na tensão gerada entre envolver-se afetivamente e não completar o circuito afetivo, por outro, sente-se incapaz de modificar as situações que apresentam a sua frequência.

Considerações finais

Este estudo corrobora com outras pesquisas que discutem a relação entre saúde mental e os impactos no ensino da Educação Infantil. A maioria dos participantes relacionam o conceito de saúde mental a ter equilíbrio, bem-estar e aos aspectos emocionais, bem como, acreditam que o seu estado mental pode influenciar diretamente o ensino de seus alunos. Apontam como fatores prejudiciais, às condições de trabalho proporcionadas nos espaços escolares, a remuneração, desvalorização profissional e as relações interpessoais fragilizadas pelas divergências ocorridas no dia a dia. Os docentes apontaram ainda, que estar acometido por sintomas relacionados aos transtornos mentais e demonstrar desequilíbrio mental contribuem de forma prejudicial no ensino da educação infantil.

Foi possível compreender a partir das falas dos docentes, que o ambiente escolar pode ser adoecedor, devido às condições de trabalho proporcionadas, em conjunto com outros fatores, como a desvalorização social e financeira, indisciplina, etc., propiciam o surgimento de doenças ocupacionais, físicas e psicológicas, cujas repercussões abrangem a vida profissional e privada do docente, bem como, a criança que receberá os seus cuidados no âmbito escolar.

Nesse sentido, são necessárias ações locais que visem melhorias das condições de trabalho, ações educativas para fortalecer as relações interpessoais e espaços para escuta e acolhimento por profissionais qualificados. As informações levantadas possuem grande importância, porém, para melhor compreensão e maior aprofundamento sobre o tema em questão, é essencial que sejam desenvolvidos mais estudos nesta área.

Referências

ABREU, M., COELHO, M., & RIBEIRO, J. Percepção de professores universitários sobre as repercussões do seu trabalho na própria saúde. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. 13(31), 1-19, 2016.

ALEXANDRE, Thaís Brito et al. Fatores de risco do trabalho docente associados a impactos na saúde mental do professor. **Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)**, v. 7, 2020.

AMARANTE P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. 4th ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2013. 120 p.

ANTUNES, Celso. Relações interpessoais e autoestima: a sala de aula como um espaço de crescimento integral. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

APP SINDICATO. Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná. Campanha: educar sim, adoecer jamais! 07 de agos. de 2018. Disponível em: https://appsindicato.org.br/campanha_educar_sim_adoecer_jamais/?fbclid=IwAR28uIvyPd-TAH8Z3cLoa5iAyDgQi6E73bZBqYwKOHrdRs1tFot_rmlazl.

BAIA, Samira Fakhouri; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Relações interpessoais na escola e o desenvolvimento local. **Interações** (Campo Grande) 22 (1), Jan-Mar 2021.

BATISTA, Jaqueline Brito Vidal; CARLOTTO, Mary Sandra; MOREIRA, Antonio Marcos. Depressão como causa de afastamento do trabalho: um estudo com professores do Ensino Fundamental. **Psico**, 44(2), 257-262, 2013

BIONDO, Carla Cristina; CARDOSO, Jorge Manoel Mendes. Síndrome de burnout: reflexões sobre o contexto de trabalho docente na educação infantil. **Revista Uningá Review**, Vol.29, n.2, pp.93-99, Jan–Mar, 2017.

BROOKS, Samantha K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, Março, 2020.

CAERAN, Juliane; DIAS, Hericka Zogbi Jorge. Saúde e saúde mental na percepção de trabalhadores de um CAPSi. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 1, p. 115-133, 2015

COSTA, Patrícia Gomes; Germano, Amédís. Afastamento dos professores de 5ª à 8ª séries da rede municipal de Ipatinga da sala de aula: principais causadores. In Centro Universitário de Caratinga (Org.), *Anais do VI Congresso de Letras: Linguagem e Cultura: Múltiplos Olhares*. 2007.

CRUZ, Roberto Moraes; LEMOS, Jadir Camargo. Atividade docente, condições de trabalho e processos de saúde. **Motrivivência**, 17(24), 59-80, 2005.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 64-85, 2016.

DELOITTE. At a tipping point? Workplace mental health and wellbeing. Centre for Health Solutions: Deloitte LLP, the UK member firm of DTTL, 2017. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/uk/Documents/public-sector/deloitte-uk-workplace-mental-health-n-wellbeing.pdf>

FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 37, 2020.

FERREIRA, L. G. **Professoras da zona rural em início de carreira: narrativas de si e desenvolvimento profissional**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos- SP, 2014.

FOUCAULT M. História da loucura: na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva; 2012. 551 p.

GAINO, Loraine Vivian et al. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**, 14(2): 108-116, Abr.-Jun, 2018.

GOMES, Manoel Messias. Fatores que facilitam e dificultam a aprendizagem. **Revista Educação Pública**. (2018). Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/14/fatores-que-facilitam-e-dificultam-a-aprendizagem> - acesso em 05/09/2021

HARNOIS, Gaston, GABRIEL, Phyllis. Mental health and work: Impact, issues and good practices. Geneva: World Health Organization, 2002.

JACQUES, Maria da Graça. O nexo causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicologia & sociedade**, v. 19, n. SPE, p. 112-119, 2007.

LIMA, Rossano Cabral. Distanciamento e isolamentos sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.30, p. e300214, 2020.

LYRA, Gabriela Franco Dias et al. A relação entre professores com sofrimento psíquico e crianças escolares com problemas de comportamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 435-444, 2009.

MARTINS, Maria de Fátima Duarte et al. O trabalho das docentes da educação infantil e o mal-estar docente: o impacto dos aspectos psicossociais no adoecimento. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 2, p. 281-289, 2014.

MYERS, D. Introdução à Psicologia Geral. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012

MONTEIRO, Janine Kieling et al. Distúrbios Psiquiátricos Menores e Fatores Associados em Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul/Brasil. **Contextos Clínicos**, v. 12, n. 3, p. 843, 2019.

MOREIRA, Daniela Zanoni; RODRIGUES, Maria Beatriz. Saúde mental e trabalho docente. **Estud. psicol.** (Natal) vol.23 no.3 Natal jul./set. 2018.

MOURA, Juliana da Silva. **Transtornos mentais e comportamentais em professores e as implicações para a carreira docente**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2020.

OLIVEIRA, Erik Cunha de; SANTOS, Vera Maria dos. Adoecimento mental em professores brasileiros. **SIMEDUC, 10º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação**. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/viewFile/14868/6399> - Acesso em 06/09/2021

ORNELL, Felipe et al. "Pandemic fear" and COVID-19: mental health burden and strategies. Braz. **J. Psychiatry**, São Paulo, 2020.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; LOPES, Adair da Silva. Qualidade de vida e condições de trabalho de professores de educação básica do município de Florianópolis-SC. **Ciênc. Saúde Coletiva**, 18 (7), Jul 2013.

REIS, Eduardo J. F. Borges dos et al. Docência e exaustão emocional. **Educação e Sociedade**, 27(94), 229-253, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. JUSTIÇA DO TRABALHO, TRT 4ª Região. Saúde mental no trabalho: a construção do trabalho seguro depende de todos nós. 28 de abril de 2021, disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/451829>

SANTOS, Marcelo Justus dos; KASSOUF, Ana Lúcia. Uma investigação dos determinantes socioeconômicos da depressão mental no Brasil com ênfase nos efeitos da educação. **Economia aplicada**, v. 11, n. 1, p. 5-26, 2007.

SILVA, Ariane Paulino da; DAMACENO, Priscila. COELHO, Janaina Fernanda Pereira. Saúde mental dos professores: uma revisão de literatura das políticas educacionais e a aplicações da produção de narratividade e seu conceito, pp. 1-20, 2020. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/3580> - Acesso em 05/09/2021

SILVA, Mary et al. Percepção docente sobre inveja, bem-estar subjetivo e saúde mental: um estudo exploratório em instituições de ensino superior públicas. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.11, n.2, p.66-80, 2020.

SILVA, Silvânia Lúcia de Araújo; ARAÚJO, Eline Santos; DUTRA, Maria da Conceição F. da S. G. O uso da inteligência emocional na docência: reflexões sobre o trabalho e a saúde mental do professor na atualidade. **CONEDU - VII Congresso Nacional de Educação**, 1-12, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_S A18_ID6195_01092020213550.pdf - acesso em 05/09/2021

TOSTES, Maiza Vaz et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 87-99, 2018.

VIEIRA, Jarbas Santos et al. Constituição das doenças da docência. **Cadernos de Educação**, n. 37, 2010.

World Health Organization. Depression and other common mental disorders: global health estimates. Genebra: WHO; 2017.

_____. Mental health: a state of well-being. 2019. Disponível em: http://www.who.int/features/factfiles/mental_health/en, acesso em 04/09/2021

_____. Mental health: strengthening our response. 2018. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>, acesso em 06/09/2021

6 DISCUSSÃO

Os resultados que emergiram de ambos os Manuscritos se complementam e possibilitam refletir sobre a docência e os fatores que influenciam na saúde mental dos profissionais envolvidos, assim como, quais aspectos podem comprometer o ensino na Educação Infantil, a partir da percepção dos docentes que atuam neste nível de ensino.

No Manuscrito 1 buscou-se identificar os indicadores do adoecimento mental dos docentes da rede municipal de Uruguaiana-RS, bem como, o perfil destes profissionais, observou-se após as análises que 34,1% dos docentes apresentaram suspeição para Distúrbios Psíquicos Menores (DPM), essa prevalência é relevante quando observamos outros estudos. Moreira e Rodrigues (2018), analisaram os tipos de afastamentos apresentados pelos educadores e identificou que 57% (n=67) dos docentes foram afastados por estarem acometidos por transtornos mentais e comportamentais. Já Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2016) investigaram 105 docentes, que atuavam no Ensino Infantil e Anos Iniciais do Fundamental, destes 49,5% apresentaram adoecimento psíquico (ansiedade e/ou depressão).

Dessa forma, tais prevalências demonstram que estar em sofrimento mental pode prejudicar as ações educativas, além de comprometer a qualidade de vida destes profissionais em outras esferas sociais. O Manuscrito 1 evidenciou ainda, uma associação significativa entre a prevalência de DPM e variáveis como, renda familiar, percepção salarial, o tempo de sono, fazer acompanhamento psicológico e o uso de psicofármacos ($p < 0,05$). Arantes e Lopes (2019) corroboram apontando outras variáveis que podem ser consideradas risco para o adoecimento desta categoria, como pertencer ao sexo feminino, atuar no ensino infantil (pré-escola), possuir entre 06 e 10 anos de experiência, ter entre 20 e 29 anos, dedicar-se 30 horas semanais e atuar exclusivamente como professor, estes apontamentos até certo ponto são similares aos que foram encontrados neste estudo.

Nesse contexto, o Manuscrito 2 debruçou-se sobre as percepções dos docentes referente a sua compreensão sobre saúde mental, quais fatores consideram que impactam seu estado mental e se o mesmo pode implicar no ensino da Educação Infantil. As respostas dos docentes via questionário online, permitiram compreender melhor o cenário em que os docentes estão inseridos.

Em relação a compreensão do conceito de saúde mental, 48,8% dos participantes relacionam o tema a ter qualidade de vida e bem-estar, 48,8% ao equilíbrio e 78% ao estado emocional. Foi possível observar após as coletas que os conceitos dos participantes referente a saúde mental é construída a partir de suas próprias vivências e vão de encontro com o conceito descrito pela OMS (2018), o qual a define como “um estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para sua comunidade”.

Sobre o que pode influenciar o estado mental do docente, 80,9% consideram as condições de trabalho e 52,8% as relações interpessoais, ou seja, referem-se aos fatores estruturais do serviço (salário, salas de aula, materiais), bem como, os relacionais (comportamento dos próprios professores, gestão, alunos e pais), fatores estes similares aos encontrados nos estudos de Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2016). Lourenço, Valente e Correa (2020) referem ainda, que os fatores apontados geram cansaço, sofrimento e fragilidades, afetando a saúde mental docente, podendo causar o aumento de casos de absenteísmos e afastamentos do trabalho. Estes aspectos têm deixado os professores mais angustiados.

A maioria dos participantes compreende que o seu estado mental pode influenciar o ensino infantil, destes 17,9% consideram que estar acometido por sintomas relacionados aos transtornos mentais pode refletir negativamente e 50,4% apontaram o desequilíbrio emocional um fator importante nessa relação entre professor-aluno, podendo causar prejuízos nos processos de ensino-aprendizagem de seus alunos. Para Leite (2012), o professor produz impactos afetivos muito fortes nos alunos, o que facilita o estabelecimento de vínculo e as relações ensino-aprendizagem.

Pachiega e Milani (2020) consideram que as questões de ensino-aprendizagem perpassam vários âmbitos da vida do aluno, do professor e da comunidade escolar, ressaltam ainda que a educação e saúde são condições essenciais para o desenvolvimento do ser humanos, e dessa forma, os professores são peças essenciais e devem ser valorizados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Conclusão

Esta pesquisa proporcionou compreender, mesmo que parcialmente, o perfil dos docentes que atuam na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Uruguaiana-RS, fornecendo subsídios a respeito da compreensão sobre saúde mental e os impactos desta no ensino infantil. Além do mais, a presente investigação trouxe à tona uma alta prevalência de casos indicativos de distúrbios psíquicos menores entre os professores e que há indícios de associação dessa prevalência com algumas variáveis sociodemográficas e de saúde, como renda familiar baixa, percepção ruim quanto a remuneração, não atingir 8 horas de sono, não fazer acompanhamento psicológico e fazer uso de psicofármacos. Essas variáveis apresentaram relação positiva para a ocorrência de sofrimento mental.

Este estudo corrobora com outras pesquisas que discutem a relação entre saúde mental e os impactos no ensino infantil. A maioria dos participantes relacionam a saúde mental a ter qualidade de vida e bem-estar, equilíbrio e ao estado emocional. Acreditam inclusive que o seu estado mental pode influenciar diretamente o ensino dos alunos e apontam alguns fatores prejudiciais à sua saúde mental, como as condições de trabalho proporcionadas nos espaços escolares e as relações interpessoais fragilizadas. Ressaltam também, que estar acometido por sintomas relacionados aos transtornos mentais e demonstrar desequilíbrio mental contribuem de forma prejudicial no ensino da educação infantil.

Nesse sentido, nosso estudo permite concluir que o contexto laboral do docente apresenta vários aspectos com potencial patogênico, que associados à trajetória de vida do sujeito podem levá-lo ao adoecimento. Considerando-se as características e o contexto em que se insere esta categoria profissional espera-se que estes dados justifiquem e incentivem o desenvolvimento de ações governamentais e medidas voltadas à prevenção e promoção de saúde, melhorias das condições de trabalho, ações educativas para fortalecer as relações interpessoais, bem como, amparo em saúde mental e espaços para escuta e acolhimento por profissionais qualificados.

8 PERSPECTIVAS FUTURAS

Tendo em vista a continuidade de estudos relacionados à saúde mental docente e a perspectiva de prosseguir na formação acadêmica em nível de Doutorado, pretende-se a partir das futuras intervenções dar prosseguimento às etapas subsequentes do projeto proposto em primeiro momento, ou seja, determinar as características do trabalho do profissional docente, analisar a percepção destes quando seus colegas faltam por adoecimento mental e conhecer a influência de oficinas de educação e saúde na saúde mental destes profissionais, as quais foram inviabilizadas em função da pandemia de SARS-CoV-2 (Coronavírus).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria José Silva. Saúde, professor/a! Do perfil do adoecimento docente às repercussões na prática pedagógica. *Revista Educação e Emancipação*. 2016;5(1):200-201.
- ARANTES, Aline Evelin da Silva; LOPES, Sandra Ribeiro de Almeida. Sintomatologia depressiva em docentes e suas possíveis consequências no tocante à qualidade de vida. *Rev. Psicol Saúde e Debate*, vol 5(2):24-42, 2019.
- ARAÚJO, Tânia Maria de; CARVALHO, FERNANDO MARTINS. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. *Educ. Soc.*, Campinas, vol 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009.
- ARAÚJO, Lílian Maria Badaró Ferreira; SOUSA, Rosânia Rodrigues de. O adoecimento psíquico de professores da rede pública estadual: perspectiva dos docentes. XXXVII Encontro da ANPAD, 2013.
- ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. *Cad. Saúde Pública* 35 (Supl 1) 27 Maio 2019.
- BAIÃO, Lidiane de Paiva Mariano; CUNHA, Rodrigo Gontijo. Doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente: uma revisão de literatura. *Revista Formação@Docente*. v. 5, n. 1, p. 6-21, 2013.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Carlos Antonio Ferreira da Silva; GRADELA, Adriana. Condições de trabalho docente na rede pública de ensino: os principais fatores determinantes para o afastamento da atividade docente. *REVASF, Petrolina-PE*, vol. 7, n.13, p. 75-87, agosto, 2017.
- BATISTA, Jaqueline Brito Vidal; CARLOTTO, Mary Sandra; COUTINHO, Antônio Souto; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 13(3), 502- 512, 2010.
- BATISTA, Jaqueline Brito Vidal; CARLOTTO, Mary Sandra; OLIVEIRA, Malu Nunes de; et al. Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. *J. res.: fundam. care. online*. abr./jun. 8(2):4538-4548, 2016.
- BORBA, Bruna Mainardi Rosso; DIEHL, Liciane; SANTOS, Anelise Schaurich dos; et al. Síndrome de Burnout em professores: estudo comparativo entre o ensino público e privado. *Psicol Argum*. jan./abr., 33(80), 270, 281, 2015
- BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. *Revista Psisoc*, Belo Horizonte, p. 17-20, mar. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho - Manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

CARDOSO, Jafé da Silva; NUNES, Claudio Pinto; MOURA, Juliana Silva. Adoecimento docente: uma breve análise da saúde de professores do município de Medeiros Neto/BA. Revista Teias. V. 20, n. 57, Abr./Jun, 2019.

CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout e o trabalho docente. Psicologia em Estudo, Maringá. V.7, n. 1, p. 21-29, jan/jul. 2002.

CARLOTTO, Mary Sandra; PALAZZO, Lílian dos Santos. Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. Caderno de Saúde Pública, 22(5), 1017-1026, 2006.

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. Prevalence and risk factors of common mental disorders among teachers. Journal of Work and Organizational Psychology 31, 201–206, 2015.

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves; BATISTA, Jaqueline Vidal; et al. Prevalência de Afastamentos por Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho em Professores. Revista PSI UNISC, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, jan./jun., p.19-32, 2019

CEBALLOS, Albanita Gomes da Costa de; SANTOS, Gustavo Barreto. Fatores associados à dor musculoesquelética em professores: Aspectos sociodemográficos, saúde geral e bem-estar no trabalho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 3, p. 702–715, 2015.

CIRILO, Pauline Romano. As políticas de valorização docente no estado de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação - UFMG/FaE, 154 f., 2012

CODO, Wanderley. Educação: carinho e trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CRUZ, Roberto Moraes; LEMOS, Jadir Camargo. Atividade docente, condições de trabalho e processos de saúde. Revista Motrivivência. Ano XVII, Nº 24, P. 59-80 Jun./2005.

CRUZ, Roberto Moraes; LEMOS, Jadir Camargo; WELTER, Marisete M.; et al. Saúde docente, condições e carga de trabalho. Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), 147-160, 2010.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016.

DEFFAVERI, Maiko; MÉA, Cristina Pilla Della; FERREIRA, Vinícius Renato Thomé. Sintomas de ansiedade e estresse em professores de Educação Básica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 813-827, jul./set. 813, 2020.

ESPINOZA-DÍAZ, Ivete Margarita, TOUS-PALLARÈS, Jordi; VIGIL-COLET, Andrés. Efecto del Clima Psicosocial del Grupo y de la Personalidad en el Síndrome de Quemado en el Trabajo de los docentes. *anales de psicología*, vol. 31, nº 2 (mayo), 651-657, 2015.

ESTEVE, José Manuel. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: EDUSC, 1999.

FERNANDES, Geyse Chrystine Pereira Souza; VANDENBERGUE, Luc. O estresse, o professor e o trabalho docente. *Revista Labor*. Fortaleza/CE, jan/jul. Vol. 01, nº 19, pp. 75-86 ISSN 1983-5000, 2018.

FERREIRA-COSTA, Rodney Querino; PEDRO-SILVA, Nelson. Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental. *Pro-Posições [online]*. 2016, v. 30

GASPARINI, Sandra Mara; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Avila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n.2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

GASPARINI, Sandra Mara; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Avila. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, 22(12), 2679-2691, 2006.

GOMES, Valdete Aparecida Fernandes Moutinho; NUNES, Célia Maria Fernandes; PÁDUA, Karla Cunha. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, Brasília, v. 100, n. 255, p. 277-296, maio/ago. 2019.

HUEBRA, Patrícia da Mata; RIBEIRO, Carolina Amorim; CRESCENCIO, Larissa Nogueira Paulini; et al. Condições de saúde mental e física do trabalhador. III Jornada de Iniciação Científica, IV Seminário Científico da FACIG. 2018.

KHAN, Amanat; AMANAT, Areeba; AQEEL, Muhammad; et al. The mediating role of job stress between social support and development of stress, anxiety and depression in educators and health professionals. *Foundation University Journal of Psychology*, 1(3), 48-61, 2017.

LIMA JR, José Pereira de; SILVA, Tarcísio Fulgêncio Alves. Análise da sintomatologia de distúrbios osteomusculares em docentes da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina. **Rev. Dor**. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2014

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade nas práticas pedagógicas. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 355-368, dez. 2012.

LEMOS, Jadir Camargo. Carga psíquica no trabalho e processos de saúde em professores universitários. Florianópolis, 2005. Tese (doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

LIMA JR, José Pereira de; SILVA, Tarcísio Fulgêncio Alves da. Analysis of musculoskeletal disorders symptoms in professors of the University of Pernambuco – Petrolina Campus. Rev Dor. São Paulo, out-dez;15(4):276-80, 2014.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. Stress na Atualidade: qualidade de vida na família e no trabalho. Instituto de Psicologia e Controle do Stress. 2013a. Disponível em: <https://psicoterapiaepsicologia.webnode.com.br/products/stress-na-atualidade-qualidade-de-vida-na-familia-e-no-trabalho/>. Acesso em: 28/04/2021.

LOURENÇO, Vanessa Ramos; VALENTE, Geilsa Soraia Cavalcanti; CORREA, Larissa Vieira. Influências do trabalho na saúde mental docente da escola pública do Rio de Janeiro. Research, Society and Development, v. 9, n.6, e50963250, 2020 <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i6.3250>

MAIA, Paola Andrade. Trabalho docente e licenças médicas de professores afastados. Revista Montagem, 16(16), 145-156, 2014.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. Elaboração de questionários na pesquisa, São Paulo, 2012.

MARI, Jair de Jesus; WILLIAMS, Paul. A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of São Paulo. The British Journal of Psychiatry, 148: 23-26, 1986.

MARINHO, Eliane Ferreira. Estudo das principais queixas algícas indicativas de DORT em professores de educação especial. Pós-graduação em Ortopedia e Traumatologia com ênfase em Terapia Manual – Faculdade Ávila, 2012.

MARTINS, Maria de Fátima Duarte; ARAUJO, Tania Maria; VIEIRA, Jarbas Santos. Trabalho docente e saúde das professoras da Educação Infantil. Ver. Educação (UFMS), ISSN: 1984-6444, pp.1-22, 2018.

MENDES, Maria Luiza Maciel. A precarização do trabalho docente e seus efeitos na saúde dos professores da Rede Municipal de Ensino do Recife. Revista Humanae, 9(1), 62-75, 2015.

MESQUITA, Alex Andrade; GOMES, Dayanna Santos; LOBATO, Juliana Lima; et al. Estresse e Síndrome de Burnout em professores: prevalência e causas. Psicologia Argumento, 31(75), 627-635. doi: 10.7213/psicol.argum.31.075.DS05, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 10ª ed. São Paulo: Hucitec; 2007.

MONTEIRO, Janine Kieling; DALAGASPERINA, Patrícia; QUADROS, Maríndia Oliveira de. Professores no limite: o estresse no trabalho do ensino privado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Carta Editora, 2012.

MONTEIRO, Janine Kieling; BRUN, Luciana Gisele; SANTOS, Anelise Schaurich; et al. Distúrbios Psiquiátricos Menores e Fatores Associados em Professores do Ensino

Privado do Rio Grande do Sul/Brasil. Revista Contextos Clínicos – Vol. 12, n. 3 (set/dez. 2019)

MOREIRA, Daniela Zanoni; RODRIGUES, Maria Beatriz. Saúde mental e trabalho docente. *Estud. psicol. (Natal)* vol.23 no.3 Natal jul./set. 2018.

NEVES, Mary Yale Rodrigues; SILVA, Edith Seligmann. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(1), 63-75, 2006.

OLIVEIRA, Ana Rosa Rolim de; RODRIGUES, Danielly Belchior, MELO, Amanda Raylla da Silva; et al. Educação e Saúde Mental: um relato de experiência em psicologia escolar. III Congresso Nacional de Educação, 2016.

OMS: empresas devem promover saúde mental de funcionários no ambiente trabalho. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-empresas-devem-promover-saude-mental-de-funcionarios-no-ambiente-trabalho/amp/>.

PACHIEGA, Michel Douglas; MILANI, Débora Raquel da Costa. Pandemia, as reinvenções educacionais e o mal-estar docente: uma contribuição sob a ótica psicanalítica. *Dialogia*, São Paulo, n. 36, p. 220-234, set./dez. 2020

PENAFIEL, Kelly Jessie Queiroz; SILVA, Claudiane Alencar; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. Reflexões de professoras de educação infantil sobre a condição feminina na docência. *Momento: diálogos em educação*, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 3, p. 65-86, set./dez., 2019.

PESSANHA, Quelen Pimentel Leal; CORRÊA, Carla Quintanilha. Estresse docente na Educação Infantil: um estudo sobre professores de creches públicas de uma cidade do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Zero-a-Seis*. v. 17, n. 32 p. 240-263 | Florianópolis | jul-dez 2015.

RAMOS, Lázaro Saluci; MONTEIRO, Regina Celia; SPINOLA, Marcos Lopes Spinola; et al. O ambiente escolar incapaz de assegurar a saúde mental do professor: uma revisão literária. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. Vol.Sup.n.49 | e3416, 2020.

RICARDO, Antonio José Fernandes; AMARAL, Adriele Domingos do; HOBOLD, Márcia de Souza. Estresse em professoras de um centro de educação infantil. *Revista Labor*. Fortaleza/CE, jul/dez 2018 nº 20, Vol. 01.

REIS, Eduardo J. F. Borges Dos; ARAÚJO, Tânia Maria De; CARVALHO, Fernando Martins. Docência e exaustão emocional. *Rev. Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 229-253, jan./abr. 2006.

SALES, Luzinete Oliveira; FREITAS, Maria do Carmo Soares de. A experiência com o adoecimento na docência: um estudo com professoras do município de São Miguel das Matas, Bahia, Brasil. *Journal Of Education*. Vol. 6, ISSUE 02, pp.65-81, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: Cortez, 1994

SILVA, Luciane Goulart; SILVA, Marcelo Cozzensa. Condições de trabalho e saúde de professores pré-escolares da rede pública de ensino de Pelotas, RS, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Ailton Souza da. Bem-estar na docência: estratégias de enfrentamento dos docentes de uma escola pública no combate ao mal-estar docente. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. 2017.

SILVA, Valéria Aparecida; COIMBRA, Ana Késia Santos; Yokomiso, Celso Takashi. Saúde dos professores do ensino fundamental da rede pública e a construção dos espaços psíquicos compartilhados. *VINCULO – Revista do NESME*, V. 14, N. 2, 2017.

SOLDATELLI, Rosangela. O processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental de Florianópolis e suas possibilidades de resistência a esse processo (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, SC, 2011.

TOSTES, Maiza Vaz; DE ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; SOUZA e SILVA, Marcelo José de; et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde debate*, 42(116) Jan-Mar 2018.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro. Estresse e distúrbios do sono no desempenho de professores: saúde mental no trabalho. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Jurisdição e sofrimento mental: O trabalho é simplesmente locus de manifestação ou um fator concorrente ou constitutivo dos transtornos mentais. *Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.* [internet]. Jan-Jun; 51(81):411-436, 2010.

VEDOVATO, Tatiana Giovanelli; MONTEIRO, Maria Inês. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. *Rev Esc Enferm USP*; 42(2):290-7, 2008

VIEIRA, Adriana Silva; QUINTANILHA, José Augusto Coupey; SOUZA, Carla da Mota; et al. As condições de trabalho do professor e os seus efeitos sobre sua saúde. Curitiba, PR, X Congresso Nacional de Educação e I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – Eixo Temático: Educação e Saúde. 2011.

VIEIRA, Jarbas Santos; GONÇALVES, Vanessa Bugs; MARTINS, Maria de Fátima Duarte. Trabalho docente e saúde das professoras de educação infantil de pelotas, rio grande do sul. *Revista Trab. educ. saúde* vol.14 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2016.

WEBER, Silker. O plano Nacional de Educação e a valorização docente: Confluência do debate Nacional. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 35, n. 97, p. 495-515, set.-dez., 2015

WITTER, Geraldina Porto. Professor-estresse: análise de produção científica. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 7, n. 1, p. 33-46, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ETAPA I

Nome do Projeto: Saúde mental de professores e as implicações no ensino da educação infantil

Pesquisador responsável: Prof.^a Dr.^a Susane Graup

Pesquisadora participante: Lidiele Roque Bueno

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde
Telefone para contato: (55) 98100-8424 (Susane) ou (55) 99159-4746 (Lidiele)

Prezado(a) Professor(a), você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa intitulada SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES E AS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, cujos dados produzidos serão utilizados para a realização de uma DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, que tem por objetivo analisar as percepções dos professores sobre sua saúde mental e as implicações desta no ensino da Educação Infantil. A investigação sobre o possível impacto que estes fatores podem ocasionar no ensino se reveste de importância por gerar subsídios locais sobre a saúde mental de docentes. Os resultados deste estudo podem servir de alerta para que as autoridades competentes atentem para a saúde do docente como um todo, contribuindo para melhores condições de trabalho.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um questionário à pesquisadora do projeto disponibilizado através de uma plataforma online. Os participantes responderão alguns questionários de forma online sobre: aspectos socioeconômicos, Distúrbios Psíquicos Menores (DPM), verificados pelo *Self-Report Questionnaire – 20* (SRQ-20) e dimensões psicossociais do trabalho relacionadas com as demandas psicológicas advindas do trabalho e o controle que o(a) docente tem sobre as demandas através do *Job Content Questionnaire* (JCQ). Este procedimento servirá como diagnóstico das Escolas de Educação Infantil de Uruguaiiana que apresentam maiores prevalências de Problemas mentais entre os professores. Desta forma, você poderá ser contatado novamente na escola em que você trabalha, caso ela seja uma das instituições selecionadas para a intervenção e continuidade do projeto.

Esta pesquisa não prevê medidas invasivas e todos os procedimentos serão previamente informados para o participante, visando minimizar os possíveis constrangimentos. Os riscos que envolvem a sua participação são mínimos, no entanto existe o risco de constrangimento durante a resposta das entrevistas, uma vez que serão questionadas informações sobre o seu trabalho. Neste sentido, caso ocorra, a pesquisadora tomará todas as medidas para que o mesmo seja resolvido, podendo você parar e retomar quando desejar. Vale destacar, que a vontade do participante será respeitada e se você não quiser prosseguir com a coleta de dados, estará liberado para não participar do estudo, bem como, se alguma intercorrência ocorrer, o senhor (a) estará livre para tirar seu consentimento a qualquer momento, sendo sua vontade respeitada sem que haja nenhuma penalização.

Para participar do estudo não haverá nenhum tipo de despesas para o(a) senhor(a) e nem receberá qualquer vantagem financeira. Após realizadas as coletas de dados e avaliados os resultados, você receberá um relatório individual sobre os resultados da pesquisa e sobre sua saúde mental, bem como, será entregue à Secretaria Municipal de Educação - SEMED um relatório sobre as principais informações do estudo. Estas informações poderão auxiliar no planejamento, execução, acompanhamento e na melhoria das condições de trabalho desempenhado pelos docentes. Todas as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para a realização da pesquisa, podendo os resultados serem publicados em eventos ou revistas científicas, sem que nenhum sujeito do estudo seja identificado em nenhum momento, respeitando a privacidade e o anonimato dos mesmos. O material coletado ficará disponível para consulta em qualquer momento, sendo guardado sob a responsabilidade dos pesquisadores. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos. Havendo qualquer dúvida o(a) senhor(a) poderá realizar uma ligação a cobrar para o número dos pesquisadores responsáveis da pesquisa (55 98100-8424 – Susane ou 55 99159-4746 – Lidiele).

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/Unipampa – Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592, Prédio Administrativo – Sala 23, CEP: 97500-970, Uruguaiana – RS. Telefones: (55) 3911 0200 – Ramal: 2289, (55) 3911 0202, (55) 8454 1112 ou E-mail: cep@unipampa.edu.br

Diante do exposto, solicito que você dê o aceite para participar da pesquisa “SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES E AS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL”. Reiteramos que a qualquer momento, se for de sua vontade, o consentimento pode ser retirado sem nenhum prejuízo.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOCIOECONOMICO

- 01 - Nome: _____ Escola _____
- 02 - Sexo: _____
- 03 - Idade em anos: _____ Data nascimento: ___ / ___ / _____
- 04 - Estado civil: Casado () Solteiro () Divorciado () Viúvo () União estável ()
- 05 - Filhos? Sim () Não () Quantos? _____
- 06 - Trabalha em outro local? Sim () Não () Se sim, em quantos? _____ Na docência também? Sim () Não ()
- 07 - Titulação: Graduado () Especialista () Mestre () Doutor () Pós-doutor ()
- 08 - Jornada de trabalho: 20 horas () 40 horas () 40 horas e DE ()
- 09 - Há quanto tempo trabalha nesta instituição? Data de admissão: _ / _ / ____ 01 a 02 anos () 02 a 05 anos () 05 a 10 anos () Mais de 10 anos () Outro _____
- 10 - Tipo de vínculo empregatício: estatutário () não estatutário () outro () Qual? _____
- 11 - Tempo de trabalho na docência: 01 a 05 anos () 6 a 10 anos () >10anos
- 12 - Trabalho noturno: sim () não ()
- 13 - Carga horária total de trabalho na semana, incluindo outras ocupações (\leq 40 ou $>$ 40 horas)
- 14 - Renda familiar: R\$ _____ 01 a 03 salários mínimos () 04 a 06 salários mínimos () 7 a 10 salários mínimos () 10 a 15 salários mínimos () Acima de 15 salários mínimos ()
- 16 - Qual a sua percepção quanto a remuneração: Excelente () Bom () Regular () Ruim ()
- 17 - Qual a sua percepção quanto ao relacionamento com os alunos? Excelente () Bom () Regular () Ruim ()
- 18 - Qual a sua percepção quanto a quantidade de alunos por sala de aula? Excelente () Bom () Regular () Ruim ()
- 19 - Qual a sua percepção quanto ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional? Excelente () Bom () Regular () Ruim ()
- 20 - **Qual a sua percepção sobre saúde mental?** _____
- 21 - **No seu trabalho, você acredita que algo influencia no seu estado emocional/mental? Se positivo, poderia explicar?** _____
- 22 - **Você acredita que o seu estado emocional/mental pode influenciar o ensino dos seus alunos? Se positivo, de que forma?** _____
- 20 - Relato de violência contra o docente nos últimos 12 meses: agressão verbal () agressão física () outra ()
- 21 - Teve afastamento das atividades laborais por motivos de doença (acometimento psíquico)? Sim () Qual? _____ Não ()
- 22 - Você faz uso de medicação para ansiedade/depressão e/ou outros? Sim () Qual? _____ Não ()
- 23 - Faz acompanhamento psicológico? Sim () Não () Não tenho vontade () Gostaria ()
- 24 - Tem atingido as 8 horas de sono diariamente: Sim () Não ()